

FACULDADE CÁSPER LÍBERO
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu

Camila Wada Engelbrecht

DISCURSO POLÍTICO EM MEIOS DIGITAIS
Atores políticos no Facebook: Jean Wyllys e Marco Feliciano

São Paulo
2016
CAMILA WADA ENGELBRECHT

DISCURSO POLÍTICO EM MEIOS DIGITAIS
Atores políticos no Facebook: Jean Wyllys e Marco Feliciano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, na linha “Processos Midiáticos: Tecnologia e Mercado”, da Faculdade Cásper Líbero, como requisito para obtenção do título de mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Luís Mauro Sá Martino

São Paulo
2016

Engelbrecht, Camila Wada.

Discurso político em meios digitais - Atores políticos no Facebook: Jean Wyllys e Marco Feliciano / Engelbrecht, Camila Wada – São Paulo – 2016.

77 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Luís Mauro Sá Martino.

Dissertação (mestrado) – Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação. 1. Comunicação. 2. Mídias digitais. 3. Mídia e Política. 4. Facebook. 5. Conversação Política. I. Martino, Luís Mauro Sá. II. Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação. III. Discurso político em meios digitais - Atores políticos no Facebook: Jean Wyllys e Marco Feliciano

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Autora: CAMILA WADA ENGELBRECHT

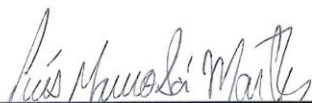
**“DISCURSO POLÍTICO EM MEIOS DIGITAIS - ATORES POLÍTICOS NO
FACEBOOK: JEAN WYLLYS E MARCO FELICIANO”**



**Prof. Dr. Roberto Coelho Barreiro Filho
Centro Universitário Senac**



**Prof. Dr. Cláudio Novaes Pinto Coelho
Faculdade Cásper Líbero - FCL**



**Prof. Dr. Luís Mauro Sá Martino
Faculdade Cásper Líbero - FCL**

Data da Defesa: 08 de abril de 2016

A minha família: Marcos, Regina e
Marina;
E aos peludos que dão alegria às nossas
vidas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que fizeram parte desses anos de Mestrado em Comunicação, que de alguma forma contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional, pelo apoio, incentivo, companhia e ensinamentos. Iniciei meus estudos na Cásper Líbero em 2012 com a Especialização em Jornalismo e antes mesmo de terminar comecei a frequentar as aulas do mestrado como aluna especial. Meu gosto pela pesquisa sempre foi grande e então continuei os estudos que terminam agora em 2016.

Pela compreensão, amor e apoio incondicional, agradeço principalmente minha família, que esteve e está sempre ao meu lado. Aos meus pais, Maria Regina Wada Engelbrecht e Marcos Engelbrecht, obrigada pela confiança, apoio, ensinamentos, amor e incentivo sempre fundamentais. Minha irmã, essencial em minha vida, que me apoiou nos momentos difíceis e desde pequena sigo seus passos pela pessoa inspiradora e incrível que é – obrigada Marina W. Engelbrecht pelo amor e carinho, sempre fundamentais em minha vida, e por sempre me lembrar que devo seguir meu coração e aquilo que me faz feliz.

Aos meus amigos, que estiveram sempre ao meu lado em períodos de dificuldade, angústias e alegrias, compartilhando comigo todos esses momentos e me apoiando sempre, incondicionalmente – perto ou longe. Em todas as fases de minha vida permaneceram pessoas especiais que foram para mim uma segunda família. Em São Carlos, as amigas de infância que são como irmãs e me acompanham desde os primeiros anos de idade, no Paraná, minha alegria de todos os dias da graduação e aquelas que me acompanham até hoje, em São Paulo, as amigadas antigas e novas – todas companheiras de vida, sem as quais nada faria sentido.

Costumo dizer que tive a sorte de ter dois orientadores na Cásper Líbero, duas visões diferentes, muito conhecimento e aprendizado. Agradeço Edilson Cazeloto, que em seu período na Cásper me incentivou e ensinou muito. E a meu atual orientador, Luís Mauro Sá Martino agradeço pelo incentivo, apoio e cobranças para que produzisse sempre mais e melhor. Obrigada aos dois, por todos os ensinamentos e

orientações, sempre à disposição para todos os meus questionamentos, dúvidas e angústias. Muito obrigada.

A todos os professores do Programa de Mestrado em Comunicação, que tiveram enorme contribuição em minha formação. Em especial José Eugênio O. Menezes, Claudio Novaes Pinto Coelho, Luís Mauro Sá Martino e Edilson Cazeloto pelas aulas, conversas, dicas, agradeço pelo apoio, incentivo, ensinamentos, aulas inspiradoras e amizade durante meus estendidos três anos de mestrado. A Faculdade Cásper Líbero, pela oportunidade de ensino de qualidade e pesquisa acadêmica. Aos alunos do mestrado que fizeram parte de minha jornada e que me ajudaram nesse percurso a complementar parte fundamental de minha formação acadêmica e intelectual. A oportunidade de participar de reuniões do Colegiado como representante discente do mestrado, que me trouxe muito conhecimento e possibilidade de crescer com os assuntos ali debatidos, com o convívio com os professores e contato constante com os alunos. A secretaria de pós-graduação sempre solicita e de grande ajuda.

Aos autores dos artigos, textos e livros utilizados para a realização dessa dissertação, obrigada pela enorme contribuição e ensinamentos. Por fim, mas não com menos amor e importância, meus queridos peludos, sempre presentes alegrando meus dias e mostrando a simplicidade e alegria de viver, companheirismo e amor incondicional que sempre estarão em meu coração aonde quer que eu esteja. Pela alegria, loucura e carinho, obrigada meus fiéis companheiros caninos. Pelo companheirismo e amor sem igual, minha gatinha Nina que está sempre ao meu lado. “Quando pedi uma mão amiga, me foi estendida uma pata”.

Camila Wada Engelbrecht, Abril de 2016.

"A vida deveria ser uma celebração contínua, um festival de luzes por todo o ano. Somente então você pode se desenvolver, você pode florir. Transforme pequenas coisas em celebração... Tudo o que você faz deveria expressar a si próprio; deveria ter a sua assinatura. Então a vida se torna uma celebração contínua." Osho

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AIDS** – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- CDHM** – Comissão de Direitos Humanos e Minorias
- DST** – Doença Sexualmente Transmissível
- ESPM** – Escola de Propaganda e Marketing
- LGBT** – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- PEC** – Proposta de Emenda à Constituição
- PL** – Projeto de Lei
- PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PP** – Partido Progressista
- PPS** – Partido Popular Socialista
- Pr** – Pastor
- PSB** – Partido Socialista Brasileiro
- PSC** – Partido Socialista Cristão
- PSDB** – Partido da Social Democracia Brasileira
- PSOL** – Partido Socialismo e Liberdade
- PT** – Partido dos Trabalhadores
- PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro
- PV** – Partido Verde

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Liberalização, Inclusividade e Democratização	p. 24
Gráfico 2 – Temas de postagens na página de Jean Wyllys	p. 48
Gráfico 3 – “Veja pelo que o país protesta”	p. 54
Gráfico 4 - Temas de postagens na página do Pr. Marco Feliciano	p. 55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Alguns requisitos de uma democracia para um grande número de pessoas.....p. 23

Tabela 2 – Atividade na Câmara dos Deputados..... p. 44

Tabela 3 – Projetos de Lei propostos por Jean Wyllys e Pr. Marco Feliciano..... p. 44

Engelbrecht, Camila Wada. Discurso político em meios digitais - Atores políticos no Facebook: Jean Wyllys e Marco Feliciano. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2016.

RESUMO: A dissertação é uma discussão a respeito da comunicação política nos meios digitais, no caso o Facebook, realizada pelos deputados federais Jean Wyllys (PSOL) e Pr. Marco Feliciano (PSC). O estudo parte do pressuposto que é natural e garantido pela democracia que diferentes grupos defendam sua existência e pertencimento na sociedade, para manter vivas suas características, patrimônios simbólicos e valores historicamente compartilhados. Mais especificamente, a pesquisa analisa a maneira que atores políticos defendem a identidade do grupo que representam e pertencem na política, utilizando a comunicação. Enquanto a causa LGBT luta pelo direito ao casamento civil entre homossexuais e à adoção de crianças e adolescentes, a frente evangélica é contrária a toda e qualquer ideia que vá contra seu ideal de família heterossexual. Para isso são analisados discursos presentes em suas páginas do Facebook: com acompanhamento do ano de 2013, quando foi criado o projeto de lei por Jean Wyllys a respeito do casamento igualitário como direito a todo e qualquer cidadão brasileiro, independente de gênero. Além da questão familiar, outro ponto analisado é o embate direto que há entre os dois deputados, cada um contra o outro. A dissertação é composta pelos capítulos: “comunicação política: democracia pela perspectiva da atuação de políticos na mídia”, “teorias das mídias digitais e conversação política” e “Da rede ao social – atores políticos no facebook: as conexões da identidade à política”. A discussão é feita a partir de autores como Norberto Bobbio, Wilson Gomes, Luís Mauro Sá Martino, Robert Dahl, José Luis Dader, entre outros.

Palavras chave: 1. Comunicação. 2. Mídias digitais. 3. Mídia e Política. 4. Facebook. 5. Conversação Política.

Engelbrecht, Camila Wada. Political discourse in digital media - Political actors in Facebook: Jean Wyllys and Marco Feliciano. 2016. Dissertation (Master's degree in Communication). São Paulo: Cásper Líbero College, 2016.

ABSTRACT: The dissertation is a discussion of the political communication in digital media, in this case the Facebook, held by the deputies Jean Wyllys (PSOL) and Pr. Marco Feliciano (PSC). The study assumes that it is natural and guaranteed by democracy that different groups defend their existence and belonging in society, to keep alive their characteristics, symbolic heritage and values historically shared. More specifically, the research analyzes the way political actors defend the identity of the group they represent and belong in politics, using the communication. While the cause of LGBT struggles for the right to civil gay marriage and adoption of children and adolescents, the evangelical front is contrary to any idea that goes against their ideal of heterosexual family. For this are analyzed speeches publicized on their Facebook pages: monitoring the year of 2013, when it was created the proposal by Jean Wyllys about equal marriage as a right to every Brazilian citizen, regardless of gender. Besides the familiar question, another point discussed is the direct confrontation that exists between the two members, each against the other. The dissertation consists of the chapters: "political communication: democracy from the perspective of politicians who are active in the media", "theories of digital media and political conversation" and "From the network to social - political actors on facebook: the identity connections to politics" . The discussion is made from authors like Norberto Bobbio, Wilson Gomes, Luís Mauro Sá Martino, Robert Dahl, José Luis Dader, and others.

Key-words: 1. Communication. 2. Digital Media. 3. Media and Politics. 4. Facebook. 5. Political Conversation.

SUMÁRIO

1	Introdução	p. 15
2	Capítulo 1 - COMUNICAÇÃO POLÍTICA: Democracia pela perspectiva da atuação de políticos na mídia	p.17
	1.1 DEMOCRACIA E COMUNICAÇÃO	p.17
	1.2 DEMOCRACIA DIGITAL E COMUNICAÇÃO POLÍTICA NA INTERNET	p.27
3	Capítulo 2 - TEORIAS DAS MÍDIAS DIGITAIS E CONVERSAÇÃO POLÍTICA	p.32
4	Capítulo 3 - DA REDE AO SOCIAL - Atores políticos no Facebook: as conexões da identidade à política	p.41
	3.1. METODOLOGIA	p.41
	3.2. DO AVATAR AO PERFIL: DELINEAMENTO DA ATUAÇÃO POLÍTICA DE JEAN WYLLYS E MARCO FELICIANO.....	p.42
	3.3. DADOS: ANÁLISE DAS PÁGINAS DOS DEPUTADOS FEDERAIS FELICIANO E WYLLYS NO FACEBOOK	p.47
	3.4. A FIGURA DO POLÍTICO NA MÍDIA	p.59
5	Considerações Finais	p.62
6	Referências	p.65
7	Anexos	p.68

1. Introdução

A dissertação propõe uma discussão a respeito da comunicação política nos meios digitais, no caso o Facebook, realizada por atores políticos. No estudo são analisados dois personagens da política brasileira: os deputados federais Jean Wyllys (PSOL) e Marco Feliciano (PSC). O ponto de partida é a ideia de apresentar a hipótese do online como mais uma ferramenta de divulgação de ideias e projetos, tentando entender se seria essa mais uma forma de prestação de serviços públicos.

O estudo parte do pressuposto que é natural e garantido pela democracia que diferentes grupos defendam sua existência e pertencimento na sociedade, para manter vivas suas características, patrimônios simbólicos e valores historicamente compartilhados. Mais especificamente, a pesquisa analisa a maneira que atores políticos defendem a identidade do grupo que representam e pertencem na política, utilizando a comunicação.

Foram escolhidos dois políticos que atuam ativamente nas redes sociais e que possuem demandas que “esbarram” umas nas outras. Um pertence ao grupo LGBT (Wyllys) e o outro à bancada evangélica (Feliciano). O recorte do estudo é o conceito de família defendido por ambos: enquanto a causa LGBT luta pelo direito ao casamento civil entre homossexuais e à adoção de crianças e adolescentes, a frente evangélica é contrária a toda e qualquer ideia que vá contra seu ideal de família heterossexual.

Para isso são analisados discursos presentes em suas páginas do Facebook: com acompanhamento do ano de 2013, quando foi criado o projeto de lei por Jean Wyllys a respeito do casamento igualitário como direito a todo e qualquer cidadão brasileiro, independente de gênero. Além da questão familiar, outro ponto analisado é o embate direto que há entre os dois deputados, cada um contra o outro.

A dissertação é composta por três capítulos. O primeiro é “comunicação política: democracia pela perspectiva da atuação de políticos na mídia” explorando a relação comunicação e democracia, partindo do pressuposto de que uma é importante para que a outra exista. O termo “democracia digital”, a relação comunicação-política-internet e observação da existência de diversos grupos heterogêneos em suas características e demandas.

Em seguida, o capítulo dois, “teorias das mídias digitais e conversação política”, abordando teorias a respeito das mídias digitais e questões da atuação política na comunicação, antes de analisar a rede social ‘Facebook’. E então o terceiro capítulo, “Da rede ao social – atores políticos no facebook: as conexões da identidade à política”, traz a metodologia utilizada, traça um perfil político de Jean Wyllys e Pr. Marco Feliciano com suas biografias e projetos de lei e analisa as postagens do ano de 2013 em suas páginas públicas do Facebook.

CAPÍTULO 1

COMUNICAÇÃO POLÍTICA: DEMOCRACIA PELA PERSPECTIVA DA ATUAÇÃO DE POLÍTICOS NA MÍDIA

Por tratar-se de um tema central quando se fala em comunicação política, neste capítulo será abordada brevemente uma contextualização a respeito de democracia. Não em uma tentativa de definir, mas observar a forma como a temática é tratada por diversos autores. E como a intenção é discutir um aspecto da democracia, esta será relacionada à política e atores políticos.

Primeiro se faz necessário falar sobre a relação comunicação e democracia, partindo do pressuposto de que uma é importante para que a outra exista. Segundo, o termo “democracia digital” que inevitavelmente, de uma forma intuitiva, acaba surgindo quando falamos na primeira questão. A relação comunicação-política-internet será discutida, dentro do termo.

A interpretação da comunicação política, do Estado como uma comunidade de comunicação particularmente intensa, território simbólico comum de percepção política, ou comunidade de opinião pública política pode não apenas servir para voltar a definir o que muitos outros já conceberam a partir de paradigmas territoriais e organizacionais. Mas, para começar a interpretar problemas e realidades de uma nova sociedade que, em consonância com suas novas formas e situações comunicacionais, está no alvorecer, se não em pleno desenvolvimento de novas formas ou ensaios de configurações de política de estado. (DADER, 1998, p. 16).

1.1 DEMOCRACIA E COMUNICAÇÃO

Conceituar democracia não é a intenção da pesquisa, mas abordar teorias a respeito do contexto político em que vivemos e sua relação com a comunicação, visto que comunicação política é tema central da dissertação. Em seu estudo, Signates (2011) se questiona sobre o que afinal vem a ser democracia, trazendo à luz a ideia de que o conceito quando pesquisado sempre esteve ligado, de alguma forma, ao povo: “É o que testemunha Guilherme O’Donnel, ao afirmar que “a palavra democracia, desde tempos imemoriais, recebeu fortes (mas diferentes) conotações morais, todas fundamentadas em uma visão dos cidadãos como agentes” (O’DONNEL, 1999, apud SIGNATES, 2011, p. 7). Mas, inicialmente, é interessante lembrar um pouco a

respeito de duas palavras que surgem de prontidão e estão diretamente ligadas à democracia: opinião pública e esfera pública.

A relação entre opinião pública e esfera pública é sintetizada por Habermas (1981) através da classificação de dois tipos de opinião: a ideal ou pragmática e a manipulada (CERVI, 2010). A primeira seria a participação dos cidadãos privados em “processos de comunicação racional, tendo como interlocutores os integrantes da esfera estatal, tais como os representantes de instituições políticas, para os quais há uma possibilidade real da realização de um debate público, aberto e democrático” (CERVI, 2010, p. 26). E a manipulada, por sua vez, estaria na esfera da recepção, em que indivíduos afastados e sem possibilidades comunicacionais reais com representantes de instituições políticas teriam apenas como reação a aclamação, sendo que essa forma de opinião pública tende, para Habermas (1971), a predominar em relação à outra (CERVI, 2010).

Habermas (2003) define a esfera pública burguesa como aquela que é oposta à esfera do privado e é onde se incluem os atores políticos ou então a mídia, que serve para que o público se comunique. Segundo o autor, é somente à luz da esfera pública que os assuntos e temas ganham liberdade e continuidade, pois é ali que os temas estão visíveis a todos e disponíveis para o debate. Silva (2001) analisa três diferentes momentos em que Habermas conceitua a noção de esfera pública, correspondendo às obras: *A Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1962), *A Teoria da Ação Comunicativa* (1981) e *Entre Fatos e Normas* (1992). Em 1962 o sociólogo alemão fala sobre um confronto político sem precedentes na história, em que a esfera pública burguesa reclama que esta “fosse regulada como se estivesse acima das próprias autoridades públicas; de forma a incluí-las num debate sobre as regras gerais que governam as relações da esfera da troca de bens e de trabalho social basicamente privatizada, mas publicamente relevante” (HABERMAS, 1962, apud SILVA, 2001, p. 27).

Inicialmente era considerada esfera pública a reunião de pessoas privadas, que discutiam assuntos em cafés, salões e sociedades culturais. Em seu artigo Silva lembra ainda que o teórico discutiu a esfera pública relacionada à burguesia pelo “papel predominante por ela desempenhado durante os séculos XVIII, XIX e XX” (SILVA, 2001, p. 120), mas que a falta de observação de outras formas de “aparecer

politicamente” foi uma das razões pelas quais estas não foram incluídas em suas teorias.

Ao citar o que foi, para Habermas, essencial para a criação de uma esfera pública política, o autor explica que “a esfera pública burguesa, na sua variante política, resultou de um processo de conversão funcional da esfera pública literária, que compreendia fóruns de discussão institucionalizados, no sentido de se apropriar da esfera pública controlada pelo poder do estado e de a transformar numa esfera de crítica à própria autoridade pública (leia-se estatal) (HABERMAS, 1962)” (SILVA, 2001, p. 125)

A Constituição de países europeus durante o século XVIII é citada pelo sociólogo alemão, destacando os direitos em que a esfera pública era constitucionalmente garantida: liberdade de opinião e de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de associação e de reunião, direito de petição, direito de voto, liberdade individual, inviolabilidade do local de residência, igualdade perante a lei e proteção da propriedade privada (SILVA, 2001). Consequentemente, essa definição constitucional trouxe consigo um caráter público das deliberações parlamentares e, para Habermas, “garantia à opinião pública sua influência; assegurava a relação entre representantes e eleitores como partes do mesmo público e [...] também os procedimentos legais nos tribunais começaram a ser tornados públicos” (HABERMAS, p. 83, 1962, apud SILVA, 2001).

De forma sucinta, pode-se compreender a noção esfera pública a partir de três ângulos (GOMES, 1999): (a) o debate deliberativo, essencial à democracia, que pode ser exemplificado através das argumentações apresentadas nas casas parlamentares, ou mesmo ligado a assuntos de um grupo particular, como uma associação de moradores ou acionistas de uma empresa, com o objetivo de definir políticas; (b) o debate não-deliberativo, na maioria dos casos com fins informativos, com a intenção de fornecer aos interessados uma maior capacidade de reflexão dos prós e contras de determinada matéria (ou apenas mantê-los a par do assunto). Este debate também pode ser classificado como conversação civil, ocorrendo em situações cotidianas, sem a marca da formalidade. Por último, a esfera pública pode consistir de uma (c) esfera de exposição ou visibilidade pública, quer dizer, quando não há necessariamente uma realização dialógica entre quem emite e quem recebe determinado conteúdo, ocorrendo a exposição, sobretudo através dos mass media, de materiais acerca do que deverá habitar os setores deliberativos. (MARQUES, 2006, p. 168)

Para Silva (2001) um “ponto fundamental da teoria política democrática” é quando Habermas em 1992 analisa que a única forma de se desenvolver uma prática

deliberativa de autolegislação é através da interação entre a formação da vontade parlamentar institucionalizada em procedimentos legais e tomada de decisões e a “formação da opinião política através de canais informais de comunicação política” (HABERMAS, 1992, p. 275, apud SILVA, 2001).

Com origem na Grécia Antiga, o sistema de governo democrático foi desenvolvido em Atenas e desde então não faltam conceitos e definições para as mais diversas formas de democracia que surgiram. A pesquisa não tem a pretensão de abordar suas origens e diversificações, mas situar o contexto para chegarmos ao objeto de análise principal: a internet e seu uso por políticos eleitos.

A democracia pode ser entendida como, antes de mais nada, uma forma de governo adotada pelo Estado. Na vida em sociedade formas de organização ou normatização acabam tornando-se necessárias, ainda que anarquista (a negação do governo também é uma forma de política). E hoje, em sociedades complexas, é difícil o trabalho de nomenclatura de poderes – ou mais, talvez a dificuldade não esteja no entendimento, mas na necessidade em deixar em aberto possibilidades já que falamos de processos em constante movimento e mutabilidade.

Ao partir da ideia de que vivemos em uma sociedade em que as autoridades do campo político concentram-se no Estado, formado pelos poderes executivo, legislativo e judiciário e seguindo o pressuposto de que no Brasil vivemos em uma democracia, o estudo recorre a Norberto Bobbio (2009):

Afirmo preliminarmente que o único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos. Todo grupo social está obrigado a tomar decisões vinculatórias para todos os seus membros com o objetivo de prover a própria sobrevivência, tanto interna como externamente. (BOBBIO, 2009, p. 30, apud PEREIRA, 2012, p. 3).

Um modelo de democracia que parece se aproximar do cenário político brasileiro talvez seria o da democracia representativa: quando a sociedade, a partir do voto, delega a candidatos direitos de representá-la, compondo o Poder Executivo e o Legislativo.

Hoje o modelo tem, para Bonavides (2006), como principais bases:

A soberania popular, o sufrágio universal, a observância constitucional, o princípio da separação dos poderes, a igualdade de todos perante a lei, a manifesta adesão ao princípio da fraternidade social, a representação como base das instituições políticas, limitação de prerrogativas dos governantes, Estado de Direito, temporariedade dos mandatos eletivos, direitos e possibilidades de representação, bem como das minorias nacionais, onde estas porventura existirem (BONAVIDES, 2006, p. 294).

Com a democratização das instituições públicas após 1985 pensou-se que o direito reconquistado de eleger nossos representantes políticos seria a “garantiria de liberdade, de participação, segurança, desenvolvimento, de emprego, de justiça social” (CARVALHO, 2002, p. 7). Os dois primeiros o foram, já os outros ainda são problemas centrais em nossa sociedade e em consequência, “os próprios mecanismos e agentes do sistema democrático, como as eleições, os partidos, o Congresso, os políticos, se desgastam e perdem a confiança dos cidadãos” (CARVALHO, 2002, p. 8).

De fato, Carvalho (2002) lembra que de 1822 a 1930 houve eleições ininterruptas no país (exceto durante a guerra contra o Paraguai – entre 1865 e 1870 – e a proclamação da República em 1889), relembrando desde o período do Império pós Independência à Primeira República, com as devidas considerações de como era o processo eletivo na época, com restrições de quem votava, o voto de cabresto, o coronelismo, entre outros (CARVALHO, 2002). Mas é a partir do período de redemocratização que as eleições no país ocorrem continuamente e com maior transparência: “A este respeito o Relatório do PNUD (2004) chama a atenção para o fato de que o Brasil é considerado um dos países com melhores avaliações na institucionalização e regras e normas que regulam as disputas eleitorais” (BAQUERO, 2009, p. 245).

Mas ele questiona se esse modelo funciona efetivamente no sentido de produzir melhores cidadãos, mais responsabilidade e responsividade dos gestores públicos em relação à opinião pública e se os partidos conseguem de fato fazer a intermediação entre sociedade e Estado (BAQUERO, 2009), pensando em um sistema democrático de governar. Para falar de democracia, segundo Bobbio (1998), devemos considerar teorias e referências.

Na teoria contemporânea da Democracia confluem três grandes tradições do pensamento político: a) a teoria clássica, divulgada como teoria aristotélica, das três formas de Governo, segundo a qual a Democracia, como Governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos

direitos de cidadania, se distingue da monarquia, como Governo de um só, e da aristocracia, como Governo de poucos; b) a teoria medieval, de origem "romana, apoiada na soberania popular, na base da qual há a contraposição de uma concepção ascendente a uma concepção descendente da soberania conforme o poder supremo deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se transmite por delegação do superior para o inferior; c) a teoria moderna, conhecida como teoria de Maquiavel, nascida com o Estado moderno na forma das grandes monarquias, segundo a qual as formas históricas de Governo são essencialmente duas: a monarquia e a república, e a antiga Democracia nada mais é que uma forma de república (a outra é a aristocracia), onde se origina o intercâmbio característico do período pré-revolucionário entre ideais democráticos e ideais republicanos e o Governo genuinamente popular é chamado, em vez de Democracia, de república. (BOBBIO, 1998, pp. 229-230).

De fato, Bobbio (1998) tinha razão ao dizer que mesmo quando brevemente citado, o conceito de democracia não pode ser tratado de maneira leviana e deixado a poucas referências. São os sistemas político e legal vigentes que garantem a possibilidade de grupos distintos defenderem sua existência e de suas características, lutando por espaço na sociedade. Democracia, seria, no entendimento de Diamond, Linz e Lipset:

Um sistema de governo que atende a três condições essenciais: concorrência ampla e significativa entre indivíduos e grupos organizados (especialmente os partidos políticos) para todas as posições de governo que têm poder efetivo, em intervalos regulares de tempo e com exclusão do uso da força; um nível 'altamente incluyente' de participação política na seleção dos líderes e das políticas públicas mediante, ao menos, eleições periódicas e isentas, de modo a não excluir nenhum grupo social importante dentre a população adulta; e um grau suficiente de liberdades civis e políticas – liberdade de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de formar e filiar-se a organizações – para garantir a integridade da competição e da participação política. (DIAMOND, LINZ E LIPSET, 1990, p. 6-7, apud SIGNATES, 2011, p. 8)

Com inclinação em adotar os conceitos trabalhados por Robert Dahl (1997), o trabalho seguirá essa linha. “Sem risco de exagero, é possível afirmar que Dahl contribuiu decisivamente para definir os contornos do que hoje se entende por democracia.” (LIMONGI, 1997, p. 11).

Parto do pressuposto de que uma característica-chave da democracia é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais. [...] Parto do pressuposto também de que, para um governo continuar sendo responsivo durante certo tempo, às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais, todos os cidadãos plenos devem ter oportunidades plenas: 1. De formular suas preferências. 2. De expressar suas preferências a seus cidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva. 3. De ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência. (DAHL, 1997, pp. 25-26).

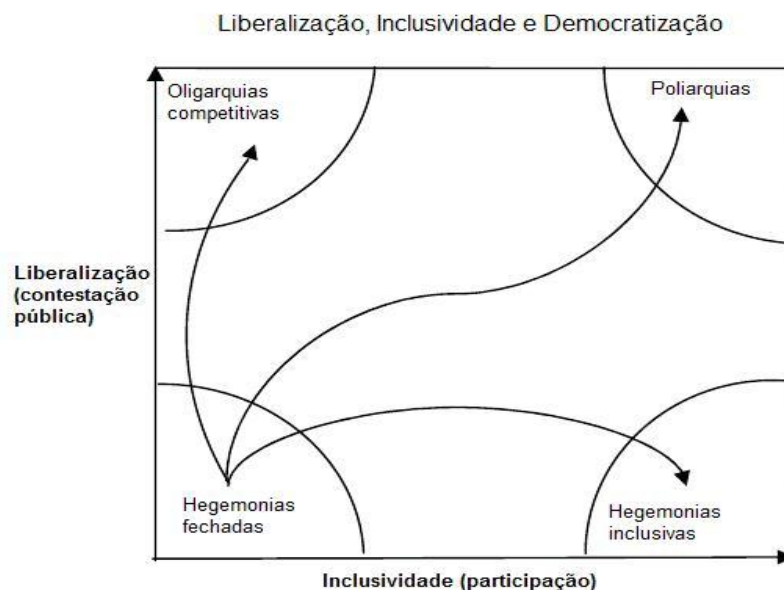
Tabela 1 – Alguns requisitos de uma democracia para um grande número de pessoas

Para a oportunidade de:	São necessárias as seguintes garantias institucionais:
I. Formular preferências	<ol style="list-style-type: none"> 1. Liberdade de formar e aderir a organizações 2. Liberdade de expressão 3. Direito de voto 4. Direito de líderes políticos disputarem apoio 5. Fontes alternativas de informação
II. Exprimir preferências	<ol style="list-style-type: none"> 1. Liberdade de formar e aderir a organizações 2. Liberdade de expressão 3. Direito de voto 4. Elegibilidade para cargos políticos 5. Direito de líderes políticos disputarem apoio 6. Fontes alternativas de informação 7. Eleições livres e idôneas
III. Ter preferências igualmente consideradas na conduta do governo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Liberdade de formar e aderir a organizações 2. Liberdade de expressão 3. Direito de voto 4. Elegibilidade para cargos públicos 5. Direito de líderes políticos disputarem apoio 5a. Direito de líderes políticos disputarem votos 6. Fontes alternativas de informação 7. Eleições livres e idôneas 8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência.

Fonte: Dahl, 1997, p. 27.

O pressuposto é de que as oito condições institucionais colocadas acima são necessárias, mas ainda não suficientes para garantir uma democracia. Além do mais, cada regime político varia muito em amplitude e garantia dessas condições, considerando também que essa variação histórica e contemporânea tem relação direta com a proporção da população habilitada a participar de questões como controle e contestação à conduta do governo (DAHL, 1997, p. 28). “Consideremos, então, a democratização como formada por pelo menos duas dimensões: constestação pública e direito de participação. [...] Pois a questão, creio eu, já está colocada: desenvolver um sistema de contestação pública não é necessariamente equivalente à democratização plena.” (DAHL, 1977, p. 29). O gráfico a seguir vem a explicar o que o autor estadunidense elaborou teoricamente a respeito de configurações de regimes políticos com maior ou menor liberalização e inclusividade, cruzando ambos.

Gráfico 1 – Liberalização, Inclusividade e Democratização



Fonte: Dahl, p.30,1997.

Os regimes em que há zero ou pouca contestação pública e participação, são considerados por Dahl “Hegemonias fechadas”. Caso se desloque para maior contestação pública, há uma “liberalização do regime” tornando-se mais competitivo. Já o caminho em que cresce a participação, pode-se dizer que há maior popularização e seria mais inclusivo – “Hegemonias inclusivas”. (DAHL, 1997).

A democracia poderia ser concebida como um regime localizado no canto superior direito. Mas como ela pode envolver mais dimensões do que as duas da figura, e como (no meu entender) nenhum grande sistema no mundo real é plenamente democratizado, prefiro chamar os sistemas mundiais reais que estão mais perto do canto superior direito de poliarquias. [...] As poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à constestação pública (DAHL, 1997, p. 31).

Segundo o autor, existe um conjunto de sete condições que aumentam significativamente as possibilidades de contestação pública e de poliarquia: “sequências históricas, grau de concentração na ordem socioeconômica, nível de desenvolvimento socioeconômico, desigualdade, clivagens subculturais, controle estrangeiro e crenças de ativistas políticos” (DAHL, 1997, p. 50).

Assim como o próprio autor explica as origens de tentar encontrar novos termos, este trabalho concorda quando ele diz que poliarquia seria uma “alternativa”

para a palavra democracia, que parece ser um ideal a respeito do qual não faz sentido entrar em discussão ou em pormenores inclusivos ou excludentes sobre a política brasileira. A obra original é referente ao final da década de 70, mas em sua atualidade o autor observa que “a maior parte do mundo continua aquém da possibilidade dessa particular transformação”, no caso a poliarquia plena (DAHL, 1997, p. 33). Aqui, o cenário político brasileiro será considerado mais próximo de uma quase-poliarquia¹, tornando mais confortável e realista a discussão, fugindo de padrões ideais de democracia.

O interessante é que os autores, ao definirem o que pressupõem constituir uma democracia (ou poliarquia), chegam justamente ao ponto de interessa à pesquisa: a relevância da liberdade de expressão, de imprensa e informação. É importante atentar para a forma como os meios de comunicação tratam a temática política, devido ao seu papel relevante nas sociedades. Isso porque para Kunczik (2002), mesmo naquelas nações mais fracas e instáveis, são eles que servem de inspetor geral de todo o sistema político e que proporcionam a crítica pública necessária para garantir a integridade política por parte daqueles que detêm o poder (KUNCZIK, 2002). A “influência dos *media* é admitida sem discussão, na medida em que ajudam a estruturar a imagem da realidade social, a longo prazo, a organizar novos elementos da mesma imagem, a formar novas opiniões e crenças” (WOLF, 2006, p. 143). Dessa forma, os meios de comunicação auxiliam na formação da opinião pública em relação aos temas que são trazidos pelos mesmos e acabam por agendar os assuntos nos quais as pessoas vão pensar, mesmo que essa não seja a intenção principal (MCCOMBS, 1997).

a mídia é, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos; dito de outra forma é o local em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade. (MIGUEL, 2002, p. 6) E, se os políticos encontram nos *media* a forma mais eficaz para chegarem aos cidadãos, os *media* procuram na política os acontecimentos que interessam às audiências, o que por vezes contraria os interesses dos políticos (CANAVILHAS, 2009, p. 1).

¹ Em *Poliarquia*, Apêndice B (DAHL, 1997, pp. 225-228), há duas tabelas: uma com países considerados ‘Poliarquias plenamente inclusivas’; ‘Casos especiais: Restrições eleitorais’ e ‘Quase-poliarquias’. E a segunda tabela lista países com ‘Sistemas democráticos contemporâneos’. O Brasil não se encontra em nenhuma delas, embora seja importante ressaltar que são estudos de 1967. Dados: Dankwart A. Rustow, *A World of Nations: Problems of Political Modernization* (Washington, DC, Brookings, 1967, Tab. 5, pp. 290-291).

Os estudos sobre comunicação e política no Brasil se alargaram no final da década de 1970 e início da década de 1980, com mídia vista como “aparelhos de luta política e principalmente ideológica” (RUBIM, 1998). As atenções eram claramente voltadas aos regimes autoritários vigentes na época, além da relação entre ‘classes dominantes e setores subalternos’, mas esse cenário mudou de perspectiva a partir da campanha pelas “Diretas, já” em 1984 e o final da ditadura em 1985, que influenciaram nos estudos brasileiros sobre a temática, “sintonizando-os com as questões características das sociedades ambientadas pelas mídias” (RUBIM, 1998, p. 2). Houve então, a partir das eleições de 1989, que colocaram Fernando Collor de Mello na presidência do país, um grande aumento em relação às reflexões sobre a conexão mídia e política, observando essa nova circunstância de uma sociedade midiaticizada (RUBIM, 1998). Ao citar diversos autores, dissertações, teses, pesquisas, encontros e atividades sobre o assunto, o autor conclui que toda essa ação de pesquisa e estudos “vem permitindo que a área desenvolva uma mínima organização, imprescindível para sua afirmação como espaço acadêmico e interdisciplinar e para seu reconhecimento entre nós como campo relevante de estudos” (RUBIM, 1998, p. 4).

Manin (1995) ao discutir as metamorfoses do governo representativo observa que assim como o modo de os eleitores votarem, as estratégias eleitorais dos candidatos políticos mudaram ao longo do tempo e não há mais a confiança que existia antes do eleitorado em partidos políticos, os quais antes ‘pareciam um reflexo de clivagens sociais’ e hoje parecem inverter o papel e impor clivagens à sociedade – “No passado, os partidos propunham aos eleitores um programa político que se comprometiam a cumprir, caso chegassem ao poder. Hoje, a estratégia eleitoral dos candidatos e dos partidos repousa, em vez disso, na construção de imagens vagas que projetam a personalidade dos líderes” (MANIN, 1995, p. 5).

a eleição de representantes já não parece um meio pelo qual os cidadãos indicam as políticas que desejam ver executadas. Por último, a arena política vem sendo progressivamente dominada por fatores técnicos que os cidadãos não dominam. Os políticos chegam ao poder por causa de suas aptidões e de sua experiência no uso dos meios de comunicação de massa, não porque estejam próximos ou se assemelhem aos seus eleitores. O abismo entre o governo e a sociedade, entre representantes e representados, parece estar aumentando. (MANIN, 1995, p. 5)

Essa descaracterização das eleições como um meio de eleger representantes por suas propostas e bases políticas, remete ao objeto principal de análise: o uso que políticos vêm fazendo da mídia, no caso as redes sociais, para a construção e afirmação de suas imagens e identidades.

Conforme lembra o espanhol Jose Luis Dader (1998), não se pode falar em comunicação política sem falarmos da “vertente da política que a transforma em um processo comunicacional” (DADER, 1998, p. 6):

Lipsky (1968) e P.M. Hall (1972) [...] descrevem a política como um fluxo de ações e interações entre membros de uma comunidade estruturada em termos de atores-cidadãos e políticos elites-atores que definem e negociam interminavelmente, com maior ou menor intensidade e atividades de diálogo e definição informativa da realidade, a ordem estabelecida. Como consequência disso, as ações de persuasão, credibilidade, imagem, etc. são muitas vezes vitais e resultam no acesso a explicações simbólicas tanto para os políticos governantes como para governados, tende a produzir dentro do território virtual dos meios de comunicação de massa. E dentro do marco acadêmico espanhol, embora mais recentemente, Javier Del Rey (96: 169) também prevê que “a política é uma questão de comunicação em que as mensagens geradas pelo líder político, partido ou governo, devem ser contrastadas com as mensagens que chegam da realidade, ou seja, da economia, dos sindicatos, dos empregadores de negócios, outros partidos ou de outros governos.” (DADER, 1998, p. 6)

1.2 DEMOCRACIA DIGITAL E COMUNICAÇÃO POLÍTICA NA INTERNET

A respeito da temática partimos dos seguintes questionamentos de Stephen Coleman (1999): “O surgimento da chamada sociedade da informação facilita ou exige novas formas de prestação de serviços do governo? Pode os novos meios de comunicação ter efeitos profundos sobre o modelo tradicional representativo do processo democrático?” (COLEMAN, 1999, p. 16).² O autor britânico observa o grande aumento da distribuição e consumo da informação nos dias atuais se comparados ao passado, além da globalização destas, da grande quantidade de

² Tradução realizada pela autora. Texto original: “Does the emergence of the so-called information society facilitate, or necessitate, new forms of delivering government services? Might the new media have profound effects upon the traditional representative model of the democratic process?” (COLEMAN, 1999, p.16)

produções, sofisticação da tecnologia como meio de acesso, rapidez, disponibilidade para maior número de pessoas, etc. (COLEMAN, 1999).

O relacionamento entre governo e governados depende imensamente da eficiência da transmissão da informação. Essa é uma razão para a ascensão do que tem sido chamado de *'media democracy'*. Um cidadão informado é um que pode aprovar mais sabiamente, inspecionar o processo político de maneira mais simples e obter acesso a serviços governamentais mais rapidamente. (COLEMAN, 1999, p. 16).

Os estudos de Coleman (1999), embora importantes, fazem parte de uma geração de pesquisas ainda baseadas em suposições e questionamentos a respeito do acesso ainda restrito (na época) a tecnologias como a internet, comprometendo, portanto, a democratização da informação. Mas seu questionamento é válido: como novas tecnologias têm sido usadas para fortalecer a democracia, “criando cidadãos mais bem informados, mais deliberativos e mais rapidamente consultados?” (COLEMAN, 1999, p. 22).

Wilson Gomes observa que existem duas ideias contidas na expressão “democracia digital”:

a unidade sugerida pela expressão sustenta, a rigor, uma mal-contida tensão entre uma ideia de democracia digital como extensão qualificada, para o universo digital, dos regimes democráticos reais, de um lado, e outra ideia de democracia digital como forma de correção de déficits democráticos ou de implantação de formas e experiências democráticas em Estados e circunstâncias democraticamente deficitários. Uma tensão, em suma, entre a ideia de democracia digital como digitalização da democracia e a ideia de democracia digital como suplementação, reforço ou correção da democracia. (GOMES, s/d, p. 3).

Embora o conceito seja de grande apelo, Gomes (s/d) observa que democracia digital exige conceitualmente muitos cuidados e reflexão, visto que para melhor entender o termo e, ainda mais, sua prática (ou falta dela), “demanda um padrão de controle das ferramentas da teoria democrática tão sofisticado quanto aquele requerido pelo domínio das ferramentas e dispositivos digitais. Exige que se avance com cuidado e consistência.” (GOMES, s/d, p. 17).

O termo foi trazido pois quando se fala em democracia e comunicação, logo a internet pode surgir como o meio democrático e torna-se inevitável a discussão. Porém, como Gomes (s/d) falou, ‘democracia digital’ é um conceito que envolve teorias complexas e extensas. E, portanto, melhor que fique para posteriores pesquisas que se direcionem somente seu esforço em melhor elucidar o tema e, então, partir para a relação comunicação-internet-política.

Martino (2014), ao recorrer a Michael Heim para pensar a “filosofia do mundo virtual conectado”, observa que “computadores estruturam nosso ambiente mental” (HEIM, apud MARTINO, 2014, p. 40):

A relação dos seres humanos com o conhecimento do mundo ao seu redor se transforma completamente quando é intermediada pelas mídias digitais. As percepções, os relacionamentos e a própria atividade mental operam a partir de uma contínua intersecção com o digital. Por conta disso, nosso pensamento, assim como nosso relacionamento com a realidade e com outros seres humanos, são ao menos parcialmente, adaptados à lógica das mídias digitais. (MARTINO, 2014, p. 40)

Segundo Wilderom (2009) “as ciências sociais e a comunicação têm buscado compreender como essa grande massa de indivíduos está se unindo a uma velocidade cada vez maior para discutir desde assuntos menos importantes até criar mobilização em torno de temas complexos como política e religião” (WILDEROM, 2009, p. 161). É possível dizer hoje que o impacto da internet e da ‘rede global de computadores’ nos meios de comunicação é muito visível, além de sua influência na sociedade, tornando-se um vasto campo de pesquisa sobre os mais diversos aspectos como comportamento, linguagem, entre outros (WILDEROM, 2009).

A conexão entre indivíduos e a facilidade de propagação de informações entre eles gerada pela conectividade, é um fenômeno cuja reversibilidade é praticamente impossível e, portanto, a sociedade tende a tornar-se cada vez mais mutável por conta desse movimento. O pai do conceito de “aldeia global” que, na década de 60, reiterava a ruptura entre espaço e conexão entre pessoas por meio de tecnologia, é categórico ao afirmar que, a partir do momento em que as relações sociais mudarem, não será mais possível voltar ao *status* de outrora. (WILDEROM, 2009, p.161)

Se bem exploradas, as ferramentas online podem além de informar seus usuários, promover interatividade entre o representante político e seus representados, com a capacidade de ser utilizada para aumentar e facilitar o diálogo entre ambos, proporcionando possibilidades de propostas políticas numa via de mão dupla, além de

o ator político receber um *feedback* direto da sociedade, sem mediações, o que pode ser de grande valia para a avaliação de suas ações políticas.

Baseando-se em Dewey (1927), Habermas (1989) e outros, alguns teóricos contemporâneos políticos anunciaram a natureza popular inerente das redes de comunicação como a fundação de uma nova “república eletrônica”. [...] Outros têm sido bem mais cautelosos, ressaltando que a tecnologia é apenas um instrumento. Qualquer efeito sobre os processos democráticos e objetivos depende “não da qualidade e do caráter de nossa tecnologia, mas da qualidade de nossas instituições políticas e o caráter de nossos cidadãos” (BARBER, 1998-99: 588-9). (SINGER, 2005, pp. 174-175)

Segundo Singer (2005), os estudos de comunicação política online demonstram que a internet veio como comunicação de massa no final dos anos 1990, sugerindo que seu efeito principal não era o de engajar mais pessoas, mas proporcionar novos espaços para os atores políticos da atualidade. Para os políticos, a autora sugere que a internet foi utilizada para que estes, convenientemente, promovessem sua própria imagem, com mensagens persuasivas e não mediadas, direto para os eleitores.

A intenção de atores políticos é fazer com que cheguem determinadas mensagens ao público, tentando, por vezes, encontrar formas de o jornalismo não interferir no conteúdo com seleções e codificações de acordo com os valores jornalísticos, que tendem a retirar a persuasão de suas mensagens iniciais (CANAVILHAS, 2009, p. 1). E atualmente a ferramenta que surge como alternativa aos meios tradicionais de comunicação é a internet, tida como promissora para o campo político, que pretende um contato direto com seu eleitorado, evitando a intermediação jornalística (CANAVILHAS, 2009).

O processo de desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação provocou uma reelaboração das formas pelas quais indivíduos se relacionam entre si. As interações sociais vem tomando um caráter cada vez mais não-presencial, ou seja, as pessoas se expressam, interagem, dialogam, sem, necessariamente, se encontrarem no mesmo ambiente físico. O espaço de visibilidade mediática proporciona uma complexa interação entre os atores do sistema político e os da sociedade civil (MAIA, 2002; THOMPSON, 1998). (FRANCISQUINI, 2011, p. 1)

Francisquini (2011) observa na citação acima como as formas de relacionamento entre as pessoas se “reelaboraram”, ou seja, há atualmente uma

grande interação via internet entre os indivíduos, seja por e-mails, mensagens, redes sociais, entre outras. Essa nova forma de diálogo se estende também ao campo da política, com interação popular entre si, com políticos e em sites/redes sociais sobre o assunto. Sendo a intenção deste trabalho um estudo sobre uma ‘fatia’ dessa maneira de interação: o uso do Facebook por políticos.

CAPÍTULO 2

TEORIAS DAS MÍDIAS DIGITAIS E CONVERSAÇÃO POLÍTICA

Antes de analisar a rede social ‘Facebook’, o segundo capítulo aborda teorias a respeito das mídias digitais. Segundo Martino (2014) o objetivo de Michael Heim (1993), em *A metafísica da realidade virtual*, é de “elaborar uma metafísica do digital e do virtual, procurando entender o que acontece com os seres humanos inseridos nesse ambiente” (MARTINO, 2014, p. 40).

A resposta de Heim é direta: “computadores estruturam nosso ambiente mental”. A relação dos seres humanos com o conhecimento do mundo ao seu redor se transforma completamente quando é intermediada pelas mídias digitais. As percepções, os relacionamentos e a própria atividade mental operam a partir de uma contínua intersecção com o digital. Por conta disso, nosso pensamento, assim como nosso relacionamento com a realidade e com outros seres humanos, são, ao menos parcialmente, adaptados à lógica das mídias digitais. (MARTINO, 2014, p. 40)

A forma como processamos e damos sentido às informações está diretamente relacionada à maneira como elas chegam até nós, ou seja, o ambiente cognitivo, que está ligado às diferentes épocas vividas (MARTINO, 2014). Se nos séculos XV ao XX a prensa mecânica aumentou a circulação de informações, hoje, com as mídias digitais, esse crescimento é ainda maior - “De seres gráficos, passamos a seres digitais” (MARTINO, 2014, p. 41).

A quantidade de informações atual demanda um tempo adicional para selecionar, mesmo em um nível superficial, o que merece atenção – trabalhamos, diz Heim, em um “pântano intelectual” decorrente do acúmulo de informações que chegam. [...] Máquinas lidam com informações; seres humanos, com o significado dessas informações. No entanto, na medida em que a torrente de dados é cada vez maior, o resultado é um predomínio da informação sobre o significado. [...] A metafísica proposta por Heim mostra como a tecnologia pode levá-lo a lugares distantes [...]. Analisa como as mídias digitais e o ciberespaço alteram a relação do pensamento humano com o ambiente ao seu redor, abrindo também fronteiras para conhecimentos até então ignorados. (MARTINO, 2014, pp. 42-43)

A internet, ao proporcionar o chamado “fenômeno da inter-conectividade entre pessoas”, por Wilderom (2009), tornou-se objeto amplamente discutido nos meios acadêmicos e a partir desse contexto, “as ciências sociais e a comunicação tem buscado compreender como essa grande massa de indivíduos está se unindo a uma velocidade cada vez maior para discutir desde assuntos menos importantes até criar

mobilização em torno de temas complexos como política e religião” (WILDEROM, 2009, p. 161). É possível dizer hoje que o impacto da internet e da “rede global de computadores” nos meios de comunicação é muito visível, além de sua influência na sociedade, tornando-se um vasto campo de pesquisa sobre os mais diversos aspectos como comportamento, linguagem, entre outros (WILDEROM, 2009).

A conexão entre indivíduos e a facilidade de propagação de informações entre eles gerada pela conectividade, é um fenômeno cuja reversibilidade é praticamente impossível e, portanto, a sociedade tende a tornar-se cada vez mais mutável por conta desse movimento. O pai do conceito de “aldeia global” que, na década de 60, reiterava a ruptura entre espaço e conexão entre pessoas por meio de tecnologia, é categórico ao afirmar que, a partir do momento em que as relações sociais mudarem, não será mais possível voltar ao status de outrora. (WILDEROM, 2009, p. 161).

A rede online agora é utilizada por atores políticos para realizar campanhas, seja por candidatos a prefeito, vereador, deputado, senador, governador ou presidente. Seu uso é discutido como uma “mídia participativa” (BLOOD, 2003, p. 62, apud SINGER, 2005), que se bem utilizada pode conectar os jornalistas com as comunidades que estes servem (SINGER, 2005), podendo este conceito ser também adaptado ao uso do Facebook por políticos. Se bem explorada, a ferramenta pode além de informar seus usuários, promover interatividade entre representante político e seus representados, com a capacidade de ser utilizada para aumentar e facilitar o diálogo entre ambos, proporcionando possibilidades de propostas políticas numa via de mão dupla, além de o ator político receber um feedback direto da sociedade, sem mediações, o que é de grande valia para a avaliação de suas ações políticas.

Segundo Singer (2005), os estudos de comunicação política online demonstram que a internet veio como comunicação de massa no final dos anos 1990, sugerindo que seu efeito principal não era o de engajar mais pessoas, mas proporcionar novos espaços para os atores políticos da atualidade. Para os políticos, a autora sugere que a internet foi utilizada para que estes, convenientemente, promovessem sua própria imagem, com mensagens persuasivas e não mediadas, direto para os eleitores, mas que a interação foi evitada por temerem a perda de controle da mensagem, além da utilização do espaço para atacar adversários, o que a autora, ao citar Margolis e Resnick (2000), conclui que o ciberespaço acabou por tornar-se rapidamente um site político comum, e que seria apenas “um novo lugar

para fazer coisas velhas” (SINGER, 2005). O muda no cenário atual, em que há espaço para comentários, embora possam ser deletados e também não significar de fato um engajamento político.

A partir do início da década de 90 os partidos políticos começaram a utilizar ferramentas online como forma alternativa de campanha eleitoral, época em que o objeto de estudo torna-se relevante não apenas para o campo político, mas para pesquisas acadêmicas sobre o assunto. Porém, até pouco tempo, a interatividade com os eleitores era desprezada (SCHWEITZER, 2005, apud GOMES e AGGIO, 2009). Com a campanha online de Barack Obama nos Estados Unidos, em 2008, Gomes (2009) considera tais ferramentas como instrumentos que antes eram considerados acessórios nas campanhas e conversação política, com apenas trocas de informações, transformou-se “numa via alternativa à campanha mediada pelos meios de massa” (GOMES, 2009, p. 39). Por tratar-se do início da utilização da internet para fins políticos, a pesquisa revisita brevemente a campanha política nos Estados Unidos, para melhor compreender esse tipo de instrumento de debate político. Para pesquisar a comunicação realizada por atores políticos em redes digitais, no caso o Facebook, com análise de postagens para entender a relação entre o discurso dos políticos estudados e suas identidades.

As campanhas online foram observadas com mais intensidade primeiramente nos Estados Unidos na disputa presidencial entre Bill Clinton e George Bush em 1992. Elas restringiam-se a web sites que reproduziam o material offline (os panfletos) em forma online. Por mais que não inovassem em formato ou conteúdo, traziam a possibilidade de arquivar essas informações, disponíveis a qualquer momento, diferente das propagandas políticas panfletárias. Mas é preciso lembrar também que o contexto da época desfavorecia o uso da internet e a evolução de sua utilização para campanhas vai de encontro à evolução do próprio meio – quanto maior o acesso e uso, mais investimento em propaganda online.

As primeiras experiências de utilização da internet em campanhas políticas aconteceram nas eleições nos Estados Unidos em 1992. O contexto em questão continha muitas restrições tecnológicas que implicavam num pequeno volume e velocidade de tráfego de dados associados, ainda, a uma quantidade reduzida de cidadãos com acesso à web. As conseqüências se materializavam no baixo nível de sofisticação e diversificação de conteúdos, formatos e ferramentas dos web sites. (MEYERS, 1993, DAVIS e OWEN, 1998; BIMBER e DAVIS, 2003). (AGGIO, 2010, p. 11)

Mas ainda assim, Myers (1993) explica que já em sua primeira versão o uso da internet trazia um fator que diferencia as campanhas em meio online e outros meios de comunicação: a falta de um filtro noticioso (GOMES e AGGIO, 2009). Este entra no contexto de um processo de produção de notícias considerado por autores como Sousa (2002) e Schudson (1998) no chamado newsmaking – em que existem influências para que as notícias sejam da forma que as observamos nos meios de comunicação, pois “segundo Schudson, a ação pessoal, a ação social e a ação cultural, em interrelação, são as três principais explicações para que as notícias sejam como são” (SOUSA, 2002, p. 37). Na ação pessoal o jornalista vem como ator principal na influência do processo noticioso, como o “porteiro” da metáfora do gatekeeping, criada por White em 1950 (SOUSA, 2002). O processo de seleção das notícias incorpora um conjunto de critérios dos produtores das mesmas, que levam em consideração as supostas necessidades de seus consumidores. Um dos elementos centrais desse processo de seleção é o chamado gatekeeper, definido por Fuente (s/d) como: “um indivíduo situado em uma estrutura comunicativa para controlar o fluxo de mensagens ao longo do canal comunicativo previne a sobrecarga de informação, filtrando e separando as mensagens” (ROGERS e AGARWALA, 1980, apud FUENTE, p. 4, s/d). Para a seleção de histórias noticiosas, o autor lembra que os critérios podem ser identificados como “clareza, concisão e o ângulo da história”, para definir o que deve constituir uma notícia.

Com a internet o político não terá a figura do jornalista mediando e escolhendo o conteúdo, nem nenhum mecanismo, senão as leis para restringir o conteúdo veiculado. Myers (1993) considera que se estabeleceria, portanto, uma comunicação direta entre político e cidadão. De maneira complementar, outros pesquisadores apontam que o espaço na mídia é desigual e existe uma hierarquia em que uma elite possui um espaço maior que os cidadãos comuns nessa estrutura. “Sociólogos da mídia há tempos concordam que o jornalismo oferece pouco espaço para a voz dos cidadãos, e é geralmente focada nos fazeres dos poderosos” (cf. EPSTEIN, 1973; GANS, 1980; SIGAL, 1973, apud LEWIS e JORGENSEN, 2004).

Entre 2000 e 2001 existem outros exemplos de aplicações da internet em campanhas eleitorais, como o caso do Japão, onde havia dominação de um único

partido no parlamento e que apesar de a lei eleitoral local favorecer tal partido, os outros 40 candidatos falaram sobre a forma como a internet supriu a escassez de espaço na mídia para campanha, segundo Tkach-Kawasaki (2003, apud GOMES e AGGIO, 2009).

Durante o período entre 2003 e 2009 o cenário já começa a se modificar. Em 2004 a disputa presidencial entre Al Gore e George Bush Jr. contou com um dispositivo até então inédito nas campanhas: o e-mail. Estudos abordados por Gomes e Aggio (2009) demonstram pontos positivos, como a possibilidade de os internautas enviarem esses e-mails a outras pessoas e discutirem mais os assuntos abordados. E pontos negativos, que é a dependência da disposição de quem recebe as mensagens para lê-las ou até recebê-las, visto que muitas vezes esses e-mails são considerados “spam”. Mas são as campanhas de Barack Obama nos Estados Unidos que projetam uma nova perspectiva, diferente do que até então foi o uso de meios online. Com interação maior entre os receptores e produtores das mensagens e participação do eleitor nas campanhas, em forma de financiamento ou campanha para conseguir mais eleitores. Entre as novidades específicas das eleições de 2008 com o uso da internet para a campanha de Barack Obama está a alta participação dos internautas em conteúdos relacionados à política, em que um quarto dos internautas estadunidenses acessavam pelo menos uma vez por semana conteúdos relacionados à campanha do candidato, enquanto que 8% fazia isso todos os dias, além da grande utilização do espaço para postar, baixar e assistir vídeos, uso das redes sociais e a troca de mensagens de texto por telefonia celular (GOMES, 2009). Para Smith (2008), nesse ano houve nos Estados Unidos um engajamento em campanha presidencial sem precedentes, visto que foi grande a participação de cidadãos comuns que utilizaram a internet para obter informações sobre política, doar dinheiro para a campanha e conversar com outros sobre seus pontos de vista (GOMES, 2009).

Sem internet não haveria Obama. A diferença de compreensão, entre as campanhas de Obama e Clinton, sobre o que se pode realizar por meio da política on-line tem sido um fator decisivo nessa que é a maior reviravolta na história das primárias presidenciais. Há, naturalmente, outras diferenças importantes: a estratégia empregada no “caucus”, o glamour, a oratória, os discursos enfocando diretamente o preconceito. Mas nenhuma delas teria sido decisiva sem o dinheiro que Obama arrecadou on-line, os vídeos que Obama postou on-line e, acima de tudo, os milhões de pessoas que aderiram on-line à campanha de Obama, em seus tempos e termos próprios. (CORNFIELD, 2008, apud GOMES, 2009, p. 29)

Já no Brasil a internet é utilizada como instrumento de comunicação com objetivos eleitorais somente a partir de 2002, quando aumentou a cobertura jornalística eleitoral no meio, “adquirindo relevância na campanha e se constituindo como fenômeno de comunicação política no país” (BORGES, 2008, p. 208). Nesse ano o amadurecimento e sofisticação dos meios de comunicação online e a disputa presidencial com um alto grau de competitividade impulsionaram o uso da internet com fins eleitoreiros pelos candidatos (BORGES, 2008). As eleições presidenciais de 2002 foram protagonizadas principalmente por José Serra pelo PSDB e Luiz Inácio Lula da Silva representando o PT, e contavam ainda com Ciro Gomes (PPS) e Anthony Garotinho (PSB). Os quatro candidatos ao pleito presidencial de 2002 possuíam homepages de campanha, espaço que contava com informações que serviam de referência não só para eleitores, mas também para a imprensa (ALDÉ, 2004). Segundo a autora, no contexto de alta competição tornou-se importante para os candidatos encontrarem espaços favoráveis nos meios de comunicação, de forma que os estrategistas de campanha utilizaram a internet de maneira criativa, como um meio de agendar e pautar assuntos nas mídias convencionais e os meios de comunicação recorreram a essas páginas significativamente, em busca de informações. Em seus sites, muitos dos conteúdos eram críticas a seus oponentes, com jingles, acusações e críticas a outros candidatos, além de veicular notícias de outros veículos (ALDÉ, 2004). As páginas de todos os candidatos foram consideradas dinâmicas, com Ciro Gomes e Anthony Garotinho com páginas menos sofisticadas que as de seus opositores, e o destaque foi para a campanha online de José Serra, que apostou fortemente nesse instrumento de comunicação, com muitas notícias sobre sua campanha e acompanhamento de suas atividades, sempre atualizado, o que também foi feito pelo seu concorrente Luiz Inácio Lula da Silva, que, além disso, disponibilizava a venda de produtos de campanha (ALDÉ, 2004).

as eleições de 2002 foram marcadas pelo uso dinâmico da internet na divulgação das pautas promovidas pelos candidatos, dando visibilidade aos discursos políticos e garantindo amplo espaço aos ataques e escândalos originados nos sites oficiais dos políticos. [...] O uso de propaganda negativa na internet pelas campanhas, particularmente, foi um exemplo eloqüente das apropriações estratégicas das características do jornalismo na era digital (Aldé e Borges, 2004). (ALDÉ, 2004, p. 6)

Em 2006, quando disputavam a presidência do país Geraldo Alckmin (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) websites também foram utilizados, assim como nas eleições de 2002. Segundo os estudos de Brandão (2008), o uso desse instrumento teria sido impulsionado por três fatores: “uma nova legislação eleitoral que restringiu despesas em diversas áreas; a forte oposição da mídia ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que disputava a reeleição; o crescimento do acesso à Internet, que alcançou quase 25% do eleitorado” (BRANDÃO, 2008, p. 5). Segundo o autor, o resultado disso foi que de 542 sites eleitorais no Brasil em 2002 – de candidatos à presidência, senado, governo, etc. – nas eleições de 2006 esse número aumentou para 2.640 sites. Nos estudos de Iasulaitis (2007) sobre o pleito presidencial do mesmo ano e o uso de ferramentas online por parte dos candidatos, foram feitos os seguintes questionamentos, considerados relevantes para a autora embasar sua pesquisa: Os partidos políticos e candidatos têm utilizado o potencial interativo da Internet para aumentar a qualidade do debate democrático? Quais são as características e principais finalidades dos websites eleitorais? Os websites dos candidatos diferem em termos de funções ou há um padrão semelhante (standardized form), uma convergência na forma de desenvolvimento das campanhas eleitorais na web no Brasil? (IASULAITIS, 2007, p. 156), entre outras questões envolvendo a qualidade dessas páginas online e o público-alvo.

Como resultado de suas pesquisas a autora chegou à conclusão de que os sites dos dois principais candidatos à presidência de 2006 foram estruturados de forma semelhante, com as informações com enquadramento voltado principalmente ao recrutamento de militantes, em detrimento da interatividade (IASULAITIS, 2007). Nos websites eleitorais de ambos os candidatos era permitido enviar e-mail, que era respondido com respostas padrão (automáticas), existia um espaço para enquetes no site de Alckmin e o cadastro para recebimento de boletins no espaço online de Lula, mas em nenhum dos casos era possível a publicação de opinião por parte do internauta ou a participação de conversas em salas de bate papo (IASULAITIS, 2007). A partir dessas análises, no contexto brasileiro, o estudo dos websites dos candidatos à presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB), durante as eleições de 2006, demonstram que essa ferramenta não foi substancialmente explorada, embora a internet proporcione potencialidades para incentivar a participação e o “diálogo de mão dupla” (IASULAITIS, 2007, p. 168). Mas o quesito

informações sobre os candidatos, seus partidos, programas de governo, campanha, notícias, entre outras, foi bastante utilizado, mas no sentido de, como dito anteriormente, recrutar militantes.

Mas é em 2010, quando as leis eleitorais permitiram o uso da internet para campanha eleitoral, que é possível observar de fato um uso mais intensificado desse meio no país. No Brasil há casos de uso da internet nas campanhas presidenciais de 2002 e 2006, porém de maneira limitada e irregular, visto que conforme a Resolução N°22.261, “Em páginas de provedores de serviços de acesso à Internet não será admitido nenhum tipo de propaganda eleitoral, em nenhum período” (Resolução N° 22.261, Art.5). No dia 29 de setembro de 2009 é aprovada a Reforma Eleitoral, por meio da LeiN° 12.034, e entra em vigor com as novas condutas a respeito da propaganda eleitoral de 2010, reformulando parte das leis eleitorais mais antigas em vigor até então. A partir de então seria permitido o uso da internet para campanha em eleições, por meio de sítios do candidato, partido ou coligação, mensagens eletrônicas enviadas para endereços cadastrados gratuitamente, blogs e redes sociais. As restrições são quanto à propaganda em sítios de pessoas jurídicas e os sites “oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (Art. 21,§ 1, II).

Em 2010 foi realizada por mim uma pesquisa em torno da produção de conteúdos e do debate político nos weblogs dos principais candidatos à presidência de 2010 no Brasil: Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV). O estudo se restringiu aos meses em que a campanha eleitoral de primeiro turno foi oficial no país – de seis de julho a três de outubro de 2010. A pesquisa verificou como se deu o debate nesses novos espaços liberados à campanha eleitoral para explorar como foi utilizado esse novo instrumento de debate, já que a internet é tida como um meio promissor de interatividade. Porém, ao analisar todos os comentários ali presentes, foi possível perceber que a valência foi majoritariamente positiva, com a hipótese de que as pessoas que entravam nos blogs e comentavam eram aquelas que já tinham opinião formada e já apoiavam a candidatura antes de entrar em contato com aquele conteúdo, iam apenas para reforçar uma posição ou declarar apoio. O estudo é citado, pois no Facebook ocorre o mesmo. São apenas um ou outro comentário

negativos de ataque. E pela semelhança, foi escolhido não estudar comentários nesse caso.

CAPÍTULO 3

DA REDE AO SOCIAL

Atores políticos no Facebook: as conexões da identidade à política

O capítulo três traz o objeto de estudo e a metodologia utilizada. Traçando um perfil dos políticos Jean Wyllys e Pr. Marco Feliciano, com breve biografia e apresentação de suas atuações políticas na Câmara durante os dois mandatos, que vão de 2011 a 2015 (o segundo mandato de ambos vai até 2019). E então análise das postagens dos perfis públicos de suas páginas no Facebook.

A tecnologia permite encontrar interlocutores virtuais com mais facilidade do que poderia ocorrer nos espaços físicos. A facilidade de se conectar não encontra páreo no mundo físico. [...] Para Rheingold, a eliminação dos espaços físicos implica igualmente a possibilidade de construção/reconstrução de identidades, característica das comunidades virtuais. [...] Rheingold vai ainda mais longe ao afirmar que a comunicação mediada por computador dissolve as fronteiras da identidade. “A gramática da realidade virtual”, explica, “envolve a criação de novas sintaxes de identidade”. (MARTINO, 2014, p. 46)

3.1. METODOLOGIA

Inicialmente parece coerente falar em deliberação pública para então avançarmos na questão metodológica que será utilizada. E para isso, é preciso revisitar, brevemente, os estudos a respeito de esfera pública realizados por Jürgen Habermas (1997; 2005; 2006). Para Silva (2001) um “ponto fundamental da teoria política democrática” é quando Habermas em 1992 analisa que a única forma de se desenvolver uma prática deliberativa de autolegislação é através da interação entre a formação da vontade parlamentar institucionalizada em procedimentos legais e tomada de decisões e a “formação da opinião política através de canais informais de comunicação política” (Habermas, 1992, p. 275, apud Silva, 2001).

Uma esfera pública surge a partir do momento em que vários indivíduos e grupos consideram que uma questão merece ser discutida de maneira coletiva, de modo a buscar um entendimento recíproco do problema em causa. [...] É importante destacar o uso que Habermas faz da palavra “rede” para definir tanto a esfera pública, quanto o processo deliberativo, pois isso define a deliberação como o entrecruzamento de debates formais e informais que se estabelecem em “uma pluralidade de esferas autônomas, dispersas e

comunicativamente articuladas” (Dean, 2003, p. 103). (MARQUES, 2011, p. 20).

Pensado o conceito de deliberação pública, é possível agora traçar uma metodologia que será seguida na dissertação. Não afirmamos que o objeto estudado trata-se de uma esfera pública, nem tampouco o estudaremos dessa maneira – seja para comprovar, negar ou já partir do pressuposto afirmativo –, o que é importante esclarecer. Mas, observar nos discursos estudados a temática, os argumentos e a racionalidade argumentativa.

A partir de métodos formulados por Ângela Marques (2011), esta será uma tentativa de colocar em prática alguns de seus estudos que reúnem autores como Kies (2010), Stromer-Galley (2005) e Graham (2008). A metodologia qualitativa irá partir da “dimensão da discussão política e deliberação” (MARQUES, 2011) com um de seus cinco princípios deliberativos: a discussão crítico-racional operacionalizada da seguinte forma:

Fazer uma *análise de conteúdo* de todas as mensagens: mapear afirmações e respostas acompanhadas de *justificativas*; definir as *evidências e fontes* que fundamentam as razões apresentadas (incluir também o uso das narrativas e do testemunho). O *desacordo* pode ser avaliado a partir da identificação de refutações e opiniões contrárias. A coerência e a continuidade podem ser avaliadas a partir do momento em que o pesquisador ordena, em fios de discussão, as mensagens postadas. (MARQUES, 2011, pp. 19-40)

3.2. DO AVATAR AO PERFIL: DELINEAMENTO DA ATUAÇÃO POLÍTICA DE JEAN WYLLYS E MARCO FELICIANO

Esse item da dissertação busca traçar um perfil dos políticos estudados, observando o cenário político no qual ambos estão inseridos e como atuam ali, através de projetos de lei e posicionamentos. Isso para apresentar características políticas de cada um e entender um pouco de seu papel na câmara de deputados, para então poder analisar seus posicionamentos e discursos em redes digitais.

O Congresso Nacional, formado pela Câmara e pelo Senado, é o lugar onde os representantes do povo elaboram as leis. Para se criar ou modificar uma lei, é preciso um projeto, que pode ser proposto por um Deputado ou Senador, por Comissões da Câmara ou do Senado e pelo Presidente da República. Também é possível a apresentação

de projeto de lei pelo Poder Judiciário, pelo Procurador-Geral da República e por iniciativa popular.

A aprovação de um projeto depende da mobilização da sociedade, do interesse dos Parlamentares e dos partidos e da articulação do Governo.

Antes que o projeto de lei chegue ao Plenário, ele percorre um longo caminho.

Todo projeto é analisado pelas comissões técnicas. Se o assunto for imposto de renda, por exemplo, ele é discutido na Comissão de Finanças e Tributação; se for sobre previdência, vai para a Comissão de Seguridade Social.

Cada projeto tem um relator, que dá o parecer sugerindo mudanças, aprovando ou rejeitando a matéria.

Todos os projetos passam pela Comissão de Constituição e Justiça, que avalia se eles estão de acordo com a Constituição Federal.

Muitos projetos têm suas votações concluídas nas próprias comissões, enquanto outros seguem para serem analisados pelo Plenário.

Depois de aprovado pela Câmara, em geral o projeto segue para o Senado.

Para valer como lei, o Presidente da República precisa sancionar, ou seja, ratificar a proposta. Mas o Chefe do Executivo pode vetar o projeto total ou parcialmente, e os Parlamentares, por sua vez, podem confirmar ou derrubar o veto. Assim funciona o equilíbrio entre os Poderes.³

Jean Wyllys, nascido em 1974 em Alagoinhas, BA, é jornalista, foi professor universitário (na ESPM-RJ e Universidade Veiga de Almeida), escritor e comunicador. Pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) do Rio de Janeiro – filiado em 2009 – assumiu como Deputado Federal entre 2011-2015 (posse em 01/02/2011) e se elegeu novamente para o mesmo cargo em 2015 (até 2019), com posse no dia primeiro de fevereiro de 2015. Ficou conhecido publicamente ao participar da quinta edição do *reality show Big Brother Brasil*, exibido pela TV Globo em 2005, e ganhado o programa.

O pastor Marco Feliciano, nascido em 1972 em Orlandia, SP é empresário, pastor evangélico, presidente da Igreja Assembleia de Deus Catedral do Avivamento, cantor, escritor e conferencista. Pelo Partido Socialista Cristão (PSC) de São Paulo – filiado em 2010 – foi eleito Deputado Federal com mandato entre 2011-2015 (posse em 01/02/2011) e em 2015, novamente para o mesmo cargo político com vigência até 2019 e posse em fevereiro de 2015.

³ Texto explicativo a respeito do Processo Legislativo, extraído do site da Câmara dos Deputados. Link: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/processo-legislativo> Acesso: dia 12/11/2015 às 14:38.

Tabela 2 – Atividade na Câmara dos Deputados

	Jean Wyllys (PSOL)		Pr. Marco Feliciano (PSC)	
	2011-2015	2015-2019	2011-2015	2015-2019
Votações em Plenário (Legislaturas)	54	55	54	55
Presença em Comissões (Legislaturas)	54	55	54	55
Presença em Plenário (Legislaturas)	54	55	54	55

Fonte: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia

Ao observar a tabela acima é possível notar que a atuação de ambos é igual em seus dois mandatos, tanto em presença quanto em votações. Além disso, é curioso que os dados a respeito do segundo mandato (2015-2019) traz as votações e presenças apenas do ano de 2015, que foi equivalente a todo o primeiro mandato de ambos. A partir disso é possível afirmar que houve maior atuação política recentemente, ao menos quando se trata dos dois deputados analisados.

Tabela 3 – Projetos de Lei propostos por Jean Wyllys e Pr. Marco Feliciano

	Jean Wyllys (PSOL)	Pr. Marco Feliciano (PSC)
Projetos de Lei	771/2011: Dispõe sobre a pessoa com deficiência, permitindo aos portadores de deficiências, que dependem do processo de interdição de sua capacidade civil, a inserção no mercado de trabalho.	PL 1579/2011: institui a Política Nacional do Livro, para dispor sobre a inclusão, no acervo das bibliotecas públicas, de exemplares da Bíblia Sagrada, impressa em braile, em meio digital, magnético ou ótico
	2669/2011: Dispõe sobre diretrizes para o tratamento de doenças raras no âmbito do Sistema Único de Saúde	PL 1861/2011: Dobra a pena aplicada para o crime de homicídio doloso praticado contra os agentes públicos encarregados da segurança pública ou da administração da Justiça.
	1786/2011: Institui a Política Nacional Griô, para proteção e fomento à transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral.	PL 1890/2011: Autoriza o preso que tiver formação profissional a ministrar aulas nos estabelecimentos penitenciários.
	4211/2012: Lei Gabriela Leite: Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo.	PL 2109/2011: Dispõe sobre a obrigatoriedade de entrega aos pais e responsáveis de crianças com surdez, pelas Unidades de Saúde, de material informativo sobre os cuidados com sua educação.
	4269/2012: Lei Empresa Ficha Limpa: Proíbe que empresas que respondam a	PL 2391/2011: Dispõe sobre a obrigatoriedade de presença de

processos criminais participem em licitações e celebrem contratos administrativos de obras, serviços, compras, alienações e locações com o Poder Público.	professores surdos nas redes de ensino.
4270/2012: Obriga empresas concessionárias de serviço público a disponibilizarem banheiros para os seus usuários.	PL 2689/2011: Dispõe sobre a proibição de exposição de anúncios de prostituição em classificados de jornais e de revistas de livre venda e circulação e dá outras providências.
4903/2012: Inclui no calendário nacional de datas comemorativas o “Dia Internacional do Direito à Verdade” sobre graves violações aos direitos humanos e da dignidade das vítimas, a ser celebrado, anualmente, em todo o país, em 24 de março.	PL 2690/2011: Dispõe sobre o acesso a sítios com conteúdo adulto na internet e dá outras providências.
4903/2012: Assegura preferência às empresas que tenham programas pró-igualdade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual e/ou raça/etnia, bem como projetos de inserção de idosos e idosas no mercado de trabalho como critério de desempate no processo licitatório.	PL 3165/2012: Dispõe sobre o acesso a recursos de tecnologia assistiva nas políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência.
PRC 130/2012: Altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados para incluir, dentre as condutas que atentam contra o decoro parlamentar, a contradição de empresas doadoras na campanha eleitoral pelo parlamentar beneficiado e acrescentar obrigação de o parlamentar apresentar lista de doadores de campanha, vedando a possibilidade de o Parlamentar contratar, com a verba de gabinete, empresas que foram doadoras em suas campanhas eleitorais, tanto na campanha na qual o Deputado foi eleito, quanto em campanha eleitoral ocorrida durante o exercício do mandato parlamentar.	PL 4205/2012: Dispõe sobre a proibição da utilização do "cerol" no brinquedo desportivo chamado pipa.
4968/2013: Adequa a legislação ordinária pátria às normas da Constituição Federal e de Convenções Internacionais assinados pelo Brasil, que tratam da proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de trabalho.	PL 4206/2012: Dispõe sobre a proibição da procriação de cães da raça Pit Bull.
PL 4002/ 2013: Lei João W. Nery, Lei de Identidade de Gênero: Estabelece os mecanismos jurídicos para o reconhecimento da identidade de gênero, permitindo às pessoas a retificação de dados registraes, incluindo o sexo, o prenome e a documentação pessoal.	PL 4331/2012: Estabelece sanção penal e administrativa para quem pratica o sacrifício de animais em rituais religiosos.
PL 5120/2013: Altera o Código Civil para reconhecer o casamento civil e a	PL 4332/2012: Estabelece que perderá o direito de exercer a profissão de taxista o

união estável entre pessoas do mesmo sexo.	condutor que beneficiar o turismo sexual.
PL 6139/2013: Institui o Dia Nacional do Teatro Acessível: Arte, Prazer e Direitos, comemorado no dia 19 de setembro.	PL 4333/2012: Determina a internação compulsória para tratamento médico do estuprador contumaz, com opção de castração química.
PL 7270/2013: Regula a produção, a industrialização e a comercialização de Cannabis, derivados e produtos de Cannabis.	PL 4724/2012: Estabelece que nas cédulas de dinheiro circulante, fabricado pela Casa da Moeda, constará a frase: - "Deus seja louvado".
7412/2014: Estabelece, em lei, a modalidade caução em dinheiro na substituição do fiador em contratos de aluguel imobiliário e, em caso da escolha pelo seguro de fiança locatícia, garante o direito de escolher qual empresa contratará.	PL 6055/2013: dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral, às pessoas vítimas de violência sexual
PL 7524/2014: Altera dispositivos do Estatuto do Idoso, para garantir que as entidades que desenvolvem programas de institucionalização de longa permanência exerçam suas funções de modo a preservar a dignidade dessas pessoas, respeitando-as independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero.	PL 8051/2014: Estabelece prioridade de tramitação aos processos de adoção nos quais os adotandos forem irmãos, negros ou tiverem mais de quatro anos de idade.
PL 7633/2014: Estabelece, em lei, o direito de parturiente à informação e à escolha pelo parto natural ou pelo cirúrgico, estabelece metas de redução do número de partos cirúrgicos, que hoje estão muito acima da média mundial, e combate a violência obstétrica.	PL 8099/2014: Ficam inseridos na grade curricular das Redes Pública e Privada de Ensino, conteúdos sobre Criacionismo.
PL 7700/2014: Facilita ao cidadão estrangeiro que queira se naturalizar brasileiro a busca e entrega de documento e certidões, reduzindo os problemas decorrentes do vencimento de certidões obrigatórias pela burocracia imposta ao processo.	PL 2588/2015: Dispõe sobre a inclusão do porte e da utilização de armas privadas das Forças Armadas, por civis, na "Lei do Crime Hediondo" PL 2589/2015: Dispõe sobre a criminalização da violência obstétrica.
PL 7770/2014: Altera dispositivo do Decreto-Lei n- 1001, de 21 de outubro de 1969, para abolir a competência da justiça militar para julgar civis em tempos de paz.	PDC 215/2015: Susta a Portaria nº 916, de 9 de setembro de 2015, do Ministério da Educação, que "Institui Comitê de Gênero, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação.".
PL 8048/2014: Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS.	PL 3235/2015: Criminaliza comportamento que induza à ideologia de gênero.
PDC 4/2015: Susta o reajuste de tarifas incidentes sobre combustíveis.	PDC 122/2015: Para sustar os efeitos da inclusão da ideologia de gênero no Documento Final do Conae-2014, assinado e apresentado pelo Fórum Nacional de Educação.

<p>PL 315/2015: Insere no Código Penal o crime de enriquecimento ilícito.</p>	<p>PDC 16/2015: Susta a aplicação da Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.</p>
<p>PL 602/2015: Estabelece o abuso de autoridade como um ato de improbidade administrativa e extingue o crime de desacato.</p>	<p>PDC 17/2015: Susta a aplicação da Resolução n- 11, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens “orientação sexual”, “identidade de gênero” e “nome social” nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil.</p>
<p>PL 882/2015: Estabelece as políticas públicas no âmbito da saúde sexual, educação sexual e dos direitos reprodutivos. Regulamenta a interrupção voluntária da gravidez na rede pública e privada de saúde e a objeção de consciência por parte dos profissionais de saúde.</p>	<p>PDC 235/2015: Susta a aplicação da Portaria n- 94, do Ministério da Cultura, que “cria o Comitê Técnico de Cultura de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis (LGBT), no âmbito do Ministério da Cultura”.</p>

Fonte: Site da Câmara e Site pessoal do Deputado Jean Wyllys.⁴

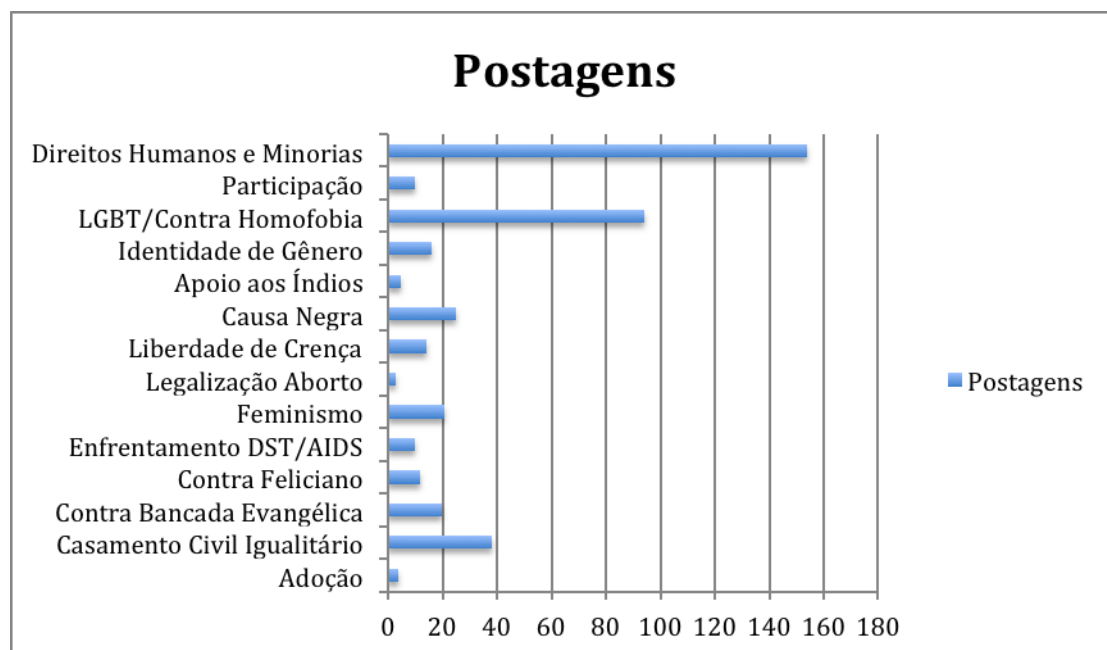
3.3. Dados: Análise das páginas dos deputados federais Feliciano e Wyllys no Facebook

A coleta de dados para pesquisa abrange todas as postagens realizadas no ano de 2013 da página pública do Facebook de cada um dos políticos estudados, relacionadas a questões como: casamento civil igualitário; direito à adoção de crianças e adolescentes por homossexuais; postagens de Jean Wyllys contra a bancada evangélica; postagens de Marco Feliciano contra Jean Wyllys e causas relacionadas ao homossexualismo ou que vão contra ou a favor do que considera correto a respeito de seu conceito de família; Jean Wyllys apoiando outras frentes como forma de

⁴ Links: <http://jeanwyllys.com.br/wp/projetos-de-lei>, http://www.camara.leg.br/internet/sileg/Prop_lista.asp?Autor=0&ideCadastro=160601&Limite=N&tipoProp=1 e http://www.camara.leg.br/internet/sileg/Prop_lista.asp?Autor=0&ideCadastro=160672&Limite=N&tipoProp=1

posicionamento político e/ou para agregar outros perfis ao seu público eleitor (causas feminista, indígena e negra); Posicionamento de ambos em relação ao aborto.

Gráfico 2 – Temas de postagens na página de Jean Wyllys



Fonte: Página pública de Jean Wyllys no Facebook. Link: <https://www.facebook.com/jean.wyllys/>

Como é possível observar, o tema mais pautado na página do político do PSOL foi em relação aos “Direitos Humanos e Minorias”, com 154 postagens em 2013, relacionados às suas ações na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) tratando de questões como trabalho infantil, abuso de menores, prostituição – discussão sobre o tema, discursos de prostitutas e proposta de legalização como profissão –, educação, apoio à greve dos professores, cultura, dependência química, bullying, acesso ao tratamento de doenças raras, movimentos sociais, deficientes e acessibilidade.

Os discursos são acompanhados de propostas ou fotos de reuniões com membros de comissões, organizações ou mesmo na câmara, ressaltando seu apoio às minorias (ao menos diante das leis), contra abuso de crianças e adolescentes, participação em fóruns de saúde em prol do acesso público ao tratamento a doenças raras, apoio a movimentos sociais como o dos professores e grande ênfase na questão da prostituição.

A Subsecretaria de Políticas para as Mulheres do RJ promoveu, na última

sexta-feira, 13, o debate ‘Prostitutas e Políticas Públicas’. O objetivo do encontro foi debater o projeto de Lei 4211/12, conhecido como #PLGabrielaLeite, de autoria do deputado Jean Wyllys, que regulamenta a atividade dos profissionais do sexo.

Durante o encontro, Wyllys destacou que o projeto foi elaborado levando em conta os pontos consensuais dentro do movimento.

“O primeiro ganho do projeto é a abertura da discussão sobre o assunto. A primeira coisa que tivemos que diferenciar é prostituição e exploração sexual, porque a nossa sociedade tende a confundir as duas coisas. Prostituição é uma atividade exercida por uma pessoa adulta e capaz e que não é crime no Brasil. Já a exploração é crime. Outro ponto importante é a descriminalização das casas de prostituição, que são uma realidade e que, se existem, é porque quem deveria fiscalizar não está fazendo o seu trabalho. A regulamentação das casas vai permitir às prostitutas se cooperativarem, bem como uma melhor fiscalização desses estabelecimentos e acesso às políticas públicas. Isso dará às mulheres segurança para denunciar a existência de exploração”, defendeu o deputado. (WYLLYS, 2013, Facebook)

A defesa por uma lei que regulamente a atividade de prostituta e, principalmente, os argumentos utilizados como “segurança às mulheres” e “acesso a políticas públicas” traz a discussão para os movimentos sociais ligados ao âmbito feminino e transsexual. Então, embora essa questão seja tratada como “Direitos Humanos e Minorias”, é possível perceber que nessa categoria de análise constam muitas questões feministas, assim como o apoio à legalização do aborto. Em uma única postagem observamos que os argumentos utilizados no discurso englobam minorias, feminismo, políticas públicas, crítica à forma como o governo trata as casas de prostituição e mulheres que optam pela prostituição como forma de trabalho. Não é possível julgar intenções e não é essa a pretensão do trabalho, mas de formular hipóteses de acordo com o que foi analisado a partir do objeto de estudo. E é possível observar, nessa e em muitas outras postagens, discursos que abrangem amplo público, o que parece ser a maneira encontrada pelo Deputado para dar “liga” aos seus projetos e conseguir maior número de apoiadores a sua causa.

Indo de encontro a sua identidade pessoal, a segunda questão mais abordada é a LGBT e contra a homofobia. Nessas publicações Wyllys fala do orgulho LGBT, defesa e direitos do grupo, sobre criminalização da homofobia, transfobia, contra a intolerância e à ideia de que exista uma cura gay – caso um homossexual tenha necessidade de procurar ajuda profissional de psicólogos para questões pessoais, que não lhe seja introduzida uma ideologia de que existe uma cura para sua homossexualidade.

Convidado do programa #TasAoVivo desta quinta-feira (4), o deputado federal do PSOL pelo Rio de Janeiro, Jean Wyllys, rebateu o comentário de

um internauta que perguntou se ele tinha outra plataforma política além da defesa do grupo LGBT. “Cobrar outra pauta é querer silenciar a pauta homossexual”, respondeu com ênfase. “O meu mandato é amplo, e você pode ver no Conexão Jean, que é o apanhado de meu site e redes sociais, o que é meu trabalho”. Wyllys ainda explicou que sua luta pelos homossexuais é dada pela falta de outros deputados que apoiem a bandeira. Com a pergunta logo no início do programa, Jean, então, deu suas opiniões sobre outros temas, como corrupção, descriminalização das drogas e democracia partidária. (WYLLYS, 2013, Facebook)

Essa é uma questão que deve ser lembrada considerando as características do estudo, de que Jean Wyllys é o único e primeiro político brasileiro a defender abertamente a causa homossexual. Ele é o único a defender a causa, embora outros homossexuais já tenham passado pela política no Brasil, como Clodovil Hernandes, Deputado Federal mais votado em 2006 pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC). Segundo Wyllys, “incomoda quando um homossexual sai do espaço subalterno” (2013).

O casamento Civil Igualitário foi sua maior causa como pauta específica. Segundo ele, “não é apenas o reconhecimento de direitos. É um direito que diz que casais homossexuais merecem o mesmo trato, a mesma proteção, o mesmo reconhecimento e a mesma celebração. [...] E não há melhor forma de combater a homofobia que essa” (WYLLYS, 2013, Facebook). E após forte campanha, dia 14/05/2013 o Brasil se torna 15ª nação do mundo a dar acesso igualitário ao casamento civil, mas o Deputado defende que a batalha continua.

A identidade de gênero é retratada trazendo casos, informações, apoio e proposta de projeto de lei. Nesse âmbito, foi criado o PL-João Nery, nome dado em homenagem ao primeiro transgênero no Brasil a conseguir mudar seu nome de nascença – de Joana, para João. A PL tem como objetivo permitir às pessoas a retificação de registros civis, possibilitando mudança de nome, sexo e foto na documentação pessoal, além de regulamentar intervenções cirúrgicas e tratamentos com hormônios.

“O assédio moral envolve questões de sujeito, de posições identitárias, de política de afeto e de direitos humanos. Embora tenhamos uma sensação de inteireza, na realidade, temos várias identidades dependendo das circunstâncias”, pontuou o deputado, lembrando que diferentes as identificações podem ser definidas por classe, gênero, orientação sexual, religião, entre outras.

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, do IBGE, os homens ainda ganham cerca de 30% a mais que as mulheres. E ainda, exercendo mesma função e com mesma formação acadêmica, mulheres ainda têm salários menores que os homens. “As mulheres são as principais vítimas de assédio moral e, entre elas, as mulheres negras ocupam os piores postos no mercado de trabalho. Entre as negras, as lésbicas são as mais vulneráveis. Essa relação que vai para o ambiente de trabalho começa bem antes, e é na sociedade”, disse Wyllys.

Um dos conflitos e das contradições encontradas é a reprodução da prática de assédio moral no movimento sindical. Resgatando Foucault, o parlamentar alertou que é preciso fazer uma revisão radical da nossa noção de poder. “Muitas vezes, o cara que vai às ruas gritar por melhores condições de trabalho, chega em casa, bate na mulher ou expulsa o filho gay de casa. Essa pessoa passa do papel de oprimido para opressor. O poder não é um locus, um lugar que ocupa e desocupa. O poder é uma relação entre o oprimido e o opressor, que pode mudar a depender das circunstâncias. Por isso, é fundamental que o movimento sindical pautue políticas identitárias e de afeto”, concluiu. (WYLLYS, 2013, Facebook)

Na postagem acima, colocada como exemplo de conteúdo da página do Facebook de Wyllys, é possível novamente perceber a quantidade de grupos citados em apenas um post – mulheres, lésbicas, gays, mulheres negras, questões sociais como classe, gênero, religião e orientação sexual. Chegando ao ponto que traduz sua atuação na CDHM, que é pautar políticas identitárias, trazendo toda a heterogeneidade da população brasileira e suas demandas, sempre com críticas ao tratamento às chamadas minorias (minorias ao menos em questões como direitos e leis).

Quando as postagens são de conteúdo contra a Bancada Evangélica, trata de assuntos como seu posicionamento contra o fundamentalismo religioso, o conservadorismo no Congresso Nacional (também chamado de reacionarismo e fascismo) e, por vezes, traz nomes como Pastor Silas Malafaia, Marco Feliciano (PSC), Jair Bolsonaro (PDC, PTB, PP), Eduardo Cunha (PMDB). Segundo ele, o fundamentalismo religioso e sua presença massiva na política brasileira, a qual defende que deve ser laica, atrasa o país e atrapalha o funcionamento da política.

Seu posicionamento mais enfático contra Marco Feliciano se deu pelo fato de que o político do PSC foi indicado à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM).

"Em oposição à presença do pastor Marco Feliciano (PSC-SP) na presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, parlamentares de vários partidos lançaram nesta quarta-feira, 20, uma frente parlamentar em defesa dos Direitos Humanos. Um de seus articuladores foi o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que tem se destacado no Congresso em defesa da

igualdade de direitos entre homossexuais e heterossexuais e dos direitos reprodutivos das mulheres.

Na entrevista abaixo, Wyllys fala da polêmica envolvendo o pastor Feliciano, sobre a luta pelo casamento gay, que ele considera revolucionária, e o avanço dos neopentecostais na política. Na avaliação do deputado do PSOL, esse grupo político ganhou força e se tornou mais ousado por causa da obsessão de José Serra (PSDB) pela Presidência da República e pela traição do PT às suas bandeiras históricas." (WYLLYS, 2013, Facebook)

Ainda são tratados temas como o direito à adoção por casais homossexuais, que é um processo muito dificultado pela justiça e, segundo Wyllys, o problema é que homossexuais são muitas vezes associados à pedofilia e que existe um medo de que essa família “fora dos padrões” influencie na orientação sexual das crianças adotadas. Mas ainda existe luta pelo direito à adoção como direito à constituição de família e de igualdade, independente da sexualidade. Outra questão abordada é a de DST/AIDS, falando de programas de enfrentamento de doenças, tratamento, prevenção e informação.

Chama a atenção a abordagem de temas relacionados a “minorias”. Como o feminismo, trazendo um discurso de luta pela igualdade de gênero, contra a violência à mulher, luta de grupos reprimidos e estigmatizados, apoio à marcha das vadias e à legalização do aborto. A liberdade de crença, em defesa do Estado laico e contra a intolerância religiosa (citando exemplos de terreiros depredados). A questão dos negros, contra o preconceito, discurso de luta por respeito, igualdade e dignidade para todos os brasileiros. Defesa da causa indígena – “Porque os povos indígenas e quilombolas têm direito às suas terras para produzir e viver em harmonia com a natureza!” #PEC125Não” (WYLLYS, 2013, Facebook).

A hipótese do estudo é de que ao trazer causas feminista, negra, indígena, etc., Jean Wyllys agrega público simpático a sua causa e eleitores, fazendo sua proposta de ação política crescer diante à Câmara no que diz respeito à representação. O apoio desses públicos torna sua causa mais forte e, conseqüentemente, torna-o um político com maior visibilidade.

Além dessas questões principais, seu Facebook traz notícias, comentários pessoais acerca de fatos, prêmios que recebeu, seu dia a dia na política, fotos, participação em fóruns políticos e movimentos sociais, publicidade de sua atuação política, utiliza do espaço para desmentir boatos que surgem na internet e mídia em geral e se vincula frequentemente a figuras públicas como o cartunista Laerte, atriz

Luana Piovani, apresentadora Sabrina Sato, cantoras Daniela Mercury e Ellen Oléria, atores Leandro Leal e Mateus Solano, apresentador Marcelo Tas, entre outros. Esse vínculo traz a ideia do espetáculo que é a política, em que o político não aparece mais apenas abraçando crianças e pessoas estranhas na rua, mas coloca também ao seu lado famosos com seu próprio capital social, na tentativa de uma transferência desse capital para o político – se o fã vê seu ídolo ao lado de determinado político, quem sabe ele não se torne também um eleitor?

Além do espaço para comentários em cada publicação, o Deputado do PSOL criou a “Rede Jean”, informando as maneiras de entrar em contato com ele e/ou assessoria. Além de promover alguns meios de conversação instantânea através da internet. Também foi colocada em sua página a imagem de um gráfico sobre os protestos que estavam ocorrendo pelo país através da internet, e por ter “o direito dos homossexuais” como um dos mais citados, foi utilizado pelo político em forma de comemoração pela sua causa. Atualmente (fevereiro/2016) sua página contém 877.476 curtidas/seguidores.

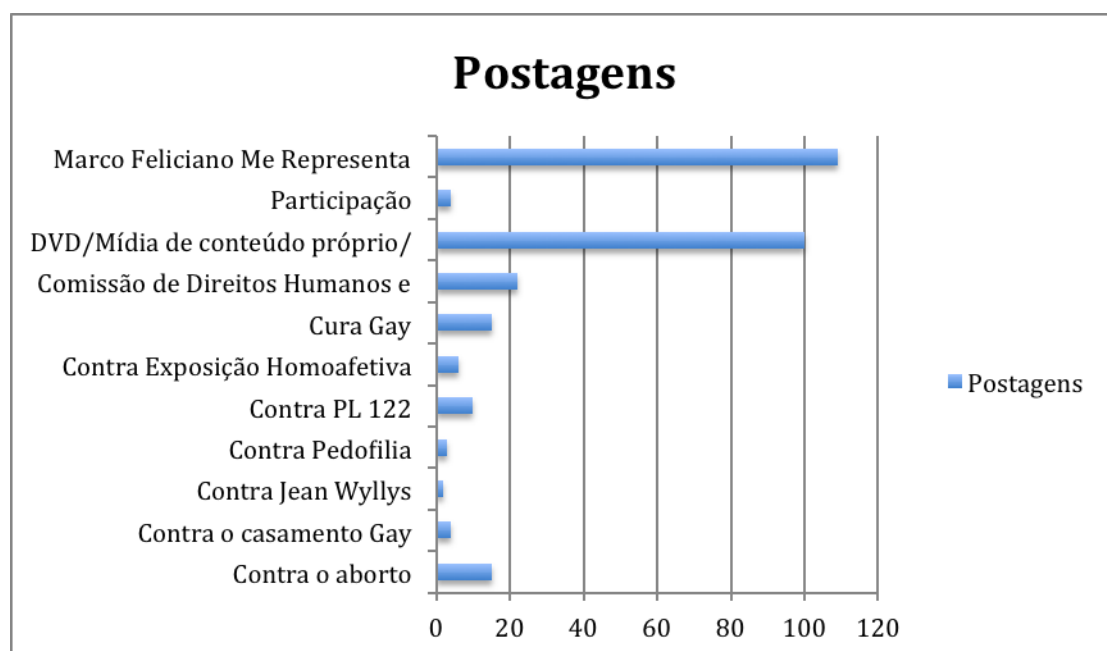
Gráfico 3 – “Veja pelo que o país protesta”



Fonte: Causa Brasil. Retirado do facebook de Jean Wyllys.

O gráfico acima foi postado pelo político do PSOL como forma de comemoração à quantidade de pessoas que estão protestando na internet pelo direito dos homossexuais. Quando é exposta uma imagem dessas, é agregado valor à causa, pois é possível observar que há público para essa demanda, o que possivelmente atrai mais pessoas simpáticas ao direito dos homossexuais, seja por influência de números ou pessoas conhecidas, seja por já ser a favor da causa mas, por algum motivo, nunca ter se manifestado.

Gráfico 4 - Temas de postagens na página do Pr. Marco Feliciano



Fonte: Página pública do Pr. Marco Feliciano: <https://www.facebook.com/PastorMarcoFeliciano/>

Ao realizar uma leitura, contagem e análise da página pública do Deputado Pr. Marco Feliciano durante o ano de 2013, foi possível observar várias questões e estabelecer quais temas permeiam suas discussões com maior frequência e que tem relação com o que idealiza como padrões ideais de família, tema discutido por essa dissertação a partir de dois pontos de vista diferentes e divergentes – de Feliciano e Wyllys.

Com maior quantidade de postagens, o que mais aparece em sua página é o tema “Marco Feliciano me representa” com fotos de diversas pessoas expressando seu apoio ao político. Foi um concurso criado por ele, em que a foto que obtivesse maior número de curtidas ganharia um prêmio com todos os seus DVD’s. Essa é uma maneira de o político expor o apoio popular que possui e aumentar seu capital social, trazendo mais simpatizantes e mantendo aqueles que já são eleitores, mostrando que o eleitor pode se identificar com essas pessoas, que ele não está sozinho. O que provavelmente é uma boa estratégia de marketing político, já que pessoas tendem a procurar por identificação e pertencimento de grupo por sermos seres sociais.

Sua página, em grande parte, é utilizada para divulgar a mídia produzida por ele, com propaganda de seus DVD’s e camisetas. Além de muitos vídeos de

pregações religiosas. O pastor possui em seu eleitorado uma maioria evangélica e tais conteúdos são de interesse de seu público, além de vender suas produções. Sua linha do tempo acaba se tornando uma verdadeira vitrine pessoal.

Em março de 2013 o deputado foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – o que gerou muita confusão e protestos por seus posicionamentos pessoais e políticos. As postagens a respeito englobam temas como discussões que participou em sessão na CDHM, como a exposição do caso em que meninos tiveram suas genitais mutiladas no que foi considerado “ritual de magia negra”, o programa “mais médicos”, seu posicionamento contra a presença de médicos cubanos no Brasil, debate sobre erotização infantil, comemoração pela eleição a presidente da CDHM, protestos gerados por sua eleição e expulsão de manifestante durante sessão por ele presidida, defesa “pela família tradicional”, sistema socioeducativo para jovens infratores, bullying, aborto em debate e “Feliciano que saber sua opinião sobre cotas raciais”.

Questões que vão de encontro com o que chama de “valorização da família e da vida” são: sua campanha e posicionamento contra o aborto, contra o casamento homoafetivo, contra a pedofilia e exposição homossexual. Em relação ao aborto, pede à presidenta Dilma (PT) que vete o projeto de legalização do aborto, traz o filme “Blood Money” – a verdade sobre o aborto – como forma de informação, nota de repúdio à novela “Amor à vida” transmitida pela TV Globo pelos posicionamentos e exposição homoafetiva, lembra da marcha contra o aborto em Dublin com a presença de 35 mil pessoas e como ele e a igreja reforçam a posição contra o aborto e adoção de crianças por casais homossexuais.

Neste programa abordamos o um assunto sério: - O Aborto foi legalizado no Brasil! De forma obscura foi aprovada na câmara e senado uma lei que irá permitir o aborto, será preciso apenas que a paciente diga que sofreu violência sexual, não é preciso nenhuma comprovação, apenas a declaração da paciente de forma sigilosa garantirá a obrigação do médico a proceder o que a lei chama de profilaxia da gravides, tratando desta forma de a gravides como doença ou algo do tipo. Participe de a sua opinião. [sic] (FELICIANO, 2013, Facebook)

O Deputado do PSC critica veementemente a exposição homossexual. Na televisão, em que no programa “Encontro com Fátima Bernardes” da Rede Globo

crianças foram expostas à sexualidade de adultos homossexuais, o beijo lésbico que ocorreu durante seu culto com prisão das meninas – o ato foi exposto em sua rede social como afronta e desrespeito – e crítica à cantora Daniela Mercury, que segundo o pastor é “uma oportunista que aproveita que o casamento gay está na manchete da mídia”. Além disso, se posiciona contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, em favor da valorização da família tradicional, entrando com recurso para sustar a decisão que tornou legal o casamento civil homossexual no Brasil.

Em relação a Jean Wyllys, sua fala é a seguinte: “Nem ativista, nem político. Um ex-bbb de mal com a imprensa?” (FELICIANO, 2013, Facebook). E fala sobre o fato de o Deputado do PSOL e ativistas gays estarem furiosos com sua provável eleição à presidência da CDHM, quando ainda não eleito. Feliciano “avalia que a comissão hoje se tornou um espaço de defesa de “privilégios” de gays, lésbicas, bissexuais e transexuais. Se tem alguém que entende o que é direito das minorias e que já sofreu na pele o preconceito e a perseguição é o PSC, o cristianismo foi a religião que mais sofreu até hoje na Terra”. O que para Wyllys é assustador, chamando-o de “fundamentalista, racista e homofóbico” e que a liderança do deputado evangélico importaria dificuldades a outras religiões, e a entidades ligadas ao movimento gay.

Outros temas em pauta são seu posicionamento contra a pedofilia, com os discursos que questionam: “vai deixar de ser transtorno mental para ser uma “preferência sexual”?” e “pedofilia é educação sexual?”. Além disso fala sobre a mentira da notícia de aprovação da lei que foi, segundo ele, erroneamente nomeada como “cura gay” que não é de sua autoria, mas ele explica que “na verdade é uma mentira forjada por boa parte da imprensa e ativistas e isso para mim é uma desonestidade intelectual. [...] O projeto apelidado de cura gay não é meu, mas do Dep. João Campos. [...]. Não existe cura para algo que não é doença.” (FELICIANO, 2013, Facebook).

Muitas de suas postagens também são a exposição de seu posicionamento contrário à PL-122, que tinha como objetivo criminalizar a homofobia. O projeto proposto pela Deputada Iara Bernardi (PT-SP) não foi aprovado. A participação se dava a partir de temas específicos: cotas raciais, redução da maioria penal e violação do direitos humanos dos nascituros.

Além de todos esses temas, algumas postagens esporádicas permeavam sua rede social, como sua presença na mídia (programas evangélicos), divulgação de congressos em que discursaria, a divulgação constante e vídeos online de seu programa televisivo “Programa Marco Feliciano” exibidos em canais pagos na NET, SKY, Cbcb e Claro, a agressão sofrida em um avião por ativistas gays que dançaram e cantaram a música “robocop gay” dos Mamonas Assassinas, chamadas para seus cultos, divulgação da “marcha para Jesus” e sua participação e apoio, manifestações em prol da família, expõe seu orgulho de ter “raiz negra” com foto com seus pais, seu posicionamento contra a prostituição com denúncia de que o Brasil financia a prostituição, contra o uso de maconha (expõe um estudo psiquiátrico que diz que a droga abre um fator esquizofrênico), postagem sobre “ciência diz que meninos brincam de futebol e meninas de lavar louça e os pais concordam”, utiliza a rede para desmentir boatos, faz muitas mensagens de pregação com provérbios e salmos, campanha “Feliciano para presidente” e sempre vincula sua imagem a figuras evangélicas. Sua página atualmente (fevereiro/2016) possui 3.309.598 de curtidas/seguidores.

O número de evangélicos no país vem aumentando progressivamente ao longo do tempo, evidenciando uma mudança significativa na configuração religiosa nacional. Se em 1980 o Brasil era um país basicamente católico (88,9%), em 2010, ainda que a população que se autodeclara católica continue preponderante sobre as demais, essa decaiu de forma considerável, indo de 88,9% para 64,6%, ou seja, atingindo pouco menos de dois terços da população. Em contrapartida, há um aumento significativo de evangélicos, que alcançam 23% da população, segundo o censo de 2010. Dentre os evangélicos o crescimento se dá principalmente nos segmentos pentecostais. [...] O crescimento do número de evangélicos trouxe implicações importantes para a sociedade, alcançando também o âmbito político. Nos últimos anos, muito tem circulado na imprensa, na academia e no debate público sobre a influência que a religião vem exercendo nas eleições. (VALLE, 2013, pp. 36-37)

Se a Bancada Evangélica conta com 77 parlamentares, sendo 74 deputados e 3 senadores (o que também representa o crescimento de evangélicos no Brasil), a representação LGBT conta apenas com Jean Wyllys. Apesar dos apoios de outros políticos tanto em votações, posicionamentos e alguns projetos de lei, o candidato do PSOL ainda é o único que abertamente defende e representa a causa LGBT.

3.4. A FIGURA DO POLÍTICO NA MÍDIA

Já há algum tempo é possível observar o que podemos chamar de espetacularização da política. Se os meios de comunicação tornaram mais abrangente o alcance aos eleitores, o desenvolvimento tecnológico, no caso o advento da internet, fez isso crescer exponencialmente. E mais: deixou os caminhos livres para que atores políticos falassem sem intermediação jornalística e ainda pautassem a mídia tradicional.

Inicialmente, espetacularização estava voltada para o âmbito religioso e econômico, contudo, pode-se verificar que o espetáculo está presente em outras conjunturas, como, por exemplo, a política, que sempre foi permeada por candidatos que utilizam da representação para angariar votos. Com extrema facilidade é possível identificar os acontecimentos históricos que demonstram o relacionamento entre o espetáculo e o poder político. Dessa forma, setores como a política, que teoricamente seria para defender os anseios sociais desvalorizam e acabam gerando uma despolitização. (BARBOSA, 2011, p. 63)

Os políticos estudados possuem uma característica em comum: são extremamente midiáticos. Jean Wyllys tornou-se figura pública ao participar (e ganhar) o programa exibido pela Rede Globo, o *reality show Big Brother Brasil*, com nível de audiência com média de 47 pontos, sendo considerado um “mega sucesso”. E desde então esteve sempre presente na mídia. O Pr. Marco Feliciano, além de pregar cultos religiosos evangélicos, possui seu próprio programa de televisão, o “Programa Marco Feliciano” transmitido por quatro canais pagos.

Mas a contemporânea sociedade ambientada pela mídia, em especial em seus espaços eletrônicos em rede, contém, não se pode esquecer, uma potente tendência ao espetacular. (RUBIM, 2001, p. 20).

ANO 27 JUNHO 2013 Nº 328 // ANA&AMOR OS PROSASSOS

TRIP

EDIÇÃO NAMORADOS
ESPECIAL BRIGA
QUANDO BAIXAR A GUARDA OU PARTIR PRA DENTRO? TRIP NÃO SE ESQUIVA E TENTA RESPONDER: POR QUE BRIGAMOS TANTO?

PÁGINAS NEGRAS
William Ury, o maior mediador de conflitos do mundo, revela como lida com países em guerra, famílias rompidas e casais em crise

SANGUE E MORTE NA BOLÍVIA
O dia em que milhares de andinos se encontram para sair na porrada (Arthur Veríssimo foi até lá – e sobreviveu para contar)

FOI MAL! Angela Ro Ro, Rafinha Bastos, Valesca Popozuda, Henry Sobel, Bárbara Paz, uma cientista e um ex-careca do ABC escrevem cartas de desculpas

MAIS A febre do passinho, duelo de peixe-beta e o cara que traz seu amor em três dias

JEAN WYLLYS
e a arte de lutar pesado sem abrir mão das convicções e da elegância

WWW.TRIP.COM.BR

PROGRAMA MARCO FELICIANO

Claro **NET** **SKY** **ctbc**
O MUNDO É DOS NETS HDTV E 1080
CANAL 126 CANAL 25 CANAL 176 CANAL 126

Todos Sábados às 16h00

MARCO FELICIANO

MARCO FELICIANO

MARCO FELICIANO

Quando o teórico francês Guy Debord iniciou sua crítica sobre a sociedade do espetáculo, em 1967, ele tinha como objetivo instigar as pessoas a travarem uma luta contra a “perversão da vida moderna que prefere a imagem e a representação ao realismo concreto e natural, a aparência ao ser, a ilusão à realidade, a imobilidade à atividade de pensar, e reagir com dinamismo” (BAHIA, José, 2005). (BARBOSA, 2011, p. 64)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa partiu da hipótese de que o online seria mais uma ferramenta utilizada por políticos para divulgação de ideias e projetos, tentando entender se seria essa mais uma forma de prestação de serviços públicos e analisou a maneira que atores políticos defendem a identidade do grupo que representam e pertencem na política, utilizando a comunicação.

É possível observar que atualmente a ferramenta que surge como alternativa aos meios tradicionais de comunicação é a internet, tida como promissora para o campo político, que pretende um contato direto com seu eleitorado, evitando a intermediação jornalística (CANAVILHAS, 2009). Isso pode ser visto no estudo, visto que os Deputados Jean Wyllys e Marco Feliciano postavam, pessoalmente ou por meio de assessoria, o conteúdo que lhes fosse conveniente, transmitindo mensagens em seus discursos de forma a divulgar sua imagem de acordo com seus interesses.

O que parece, é que o político do PSOL escolheu passar uma imagem de ativista social, principalmente em relação à causa LGBT, mas não só – favorável ao feminismo, movimento negro e indígena e liberdade de culto. Além de ser claramente contra o fundamentalismo religioso, pregando a necessidade de um Estado laico para que todos tenham direitos iguais no Brasil, e contra a grande presença de líderes religiosos evangélicos na Câmara dos Deputados e, principalmente, na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, onde tinha forte presença e atuação. Já o Deputado do PSC sempre se manteve dentro do que é considerado direito pela religião (evangélica). Seus posicionamentos sempre à favor da “valorização da família”, contra a violação de direitos humanos dos nascituros (em discussões a respeito do aborto) – “o direito à vida” –, contra a exposição homoafetiva, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, etc. Sua imagem vai mais de encontro a de pastor da Igreja Evangélica do que de político – com suas produções midiáticas, divulgação de cultos, salmos e mensagens da Bíblia e vídeos de seu programa televisivo.

O Pr. Feliciano possui entre seus pares na arena política vários outros representantes de mesmo posicionamento, formando a chamada “bancada evangélica”. Já Wyllys, por ser um personagem um pouco mais singular nesse sentido segue realizando um agrupamento de grupos específicos, cada um com suas concepções e demandas, aumentando seu público e eleitorado. Ocorre que para defender direitos da identidade ao grupo que pertence (LGBT), a hipótese é de que muitos dos projetos de lei e posicionamentos do Deputado sejam para agregar valor, capital social e simbólico e, principalmente, maior representatividade. Ou seja, ao juntar demandas feministas, negras, indígenas, de religiões como o candomblé às homossexuais, sua representação ganha público e força.

Pensando na sociedade brasileira, não há nada de novidade ou em desarmonia. Se a política retrata (ou tem como premissa retratar) uma representação pública, o que acontece na Câmara dos Deputados é uma espécie de espelho social. O público evangélico cresceu e vem crescendo a cada ano no país e, embora possa ser visto por alguns como uma ameaça a laicidade do Estado, é natural que seja grande a representação evangélica na política. Ou ao menos compreensível. Já o movimento LGBT, embora também tenha grande público ainda é tratado como minoria – existe o preconceito, pessoas que preferem não expor sua sexualidade e ainda é um tabu na sociedade brasileira. Assim como na própria população há dificuldade em se afirmar homossexual, na política não é diferente. A aceitação de alguém religioso é maior do que a um homossexual. E nisso podemos ver que a política representa fielmente esse quadro social brasileiro.

Mas a principal característica que é possível observar em ambos os casos e, talvez, na política de uma forma geral, é a da midiaticização ou mesmo espetacularização da política. A imagem do político é extremamente explorada na mídia e por eles mesmos. Em redes digitais, há uma quantidade imensa de conteúdos produzidos e veiculados pelos deputados. A impressão que fica é de que partem da premissa de que quanto maior a exposição, mais comentários e maior será o público eleitor.

Essa nova situação, o espetáculo, antes afirmação suntuosa do poder, ganha uma nova dimensão, ele passa a ser produzido também como modo de sensibilização, visando a disputa do poder, e como construtor de legitimidade política. As articulações entre o espetáculo e o poder político

ou a política mostram assim distinções relevantes. (RUBIM, Antonio, 2001, s/pág., apud BARBOSA, 2011, p. 64).

Em seu artigo Martino (2011) traz à luz a discussão sobre o fato de a mídia ter colonizado a política. Indo um pouco além, talvez seja possível dizer que o ser humano é essencialmente um ser social e que isso acontece através da comunicação. Com a evolução dos processos comunicacionais, aumentaram as possibilidades e proximidade, houve uma massificação da comunicação. A tecnologia, a mídia, colonizam uma sociedade por inteiro e nisso a arena política não sai ileso, pelo contrário, se aproveita ao máximo visto que agora seu alcance ao público é maior e facilitado. “políticos aprenderam a adaptar seus discursos e entrevistas para o *timing* da mídia, como partidos e governos criam ou expandem suas agências de comunicação e assessorias de imprensa enquanto a preocupação com a imagem pessoal se torna a primeira de muitos políticos.” (MARTINO, 2011, p.2)

Mas as sucessões eleitorais trazem um aprendizado na participação política e maior consciência sobre o significado do voto, levando a um “aperfeiçoamento cívico”. Com a internet, espera-se que as informações cada vez mais se tornem públicas e atinjam um maior número de pessoas, ajudando nesse processo de aprendizado dos direitos políticos e a importância destes para o desenvolvimento da democracia.

REFERÊNCIAS

AGGIO, C. Campanhas políticas online: a discussão do estado da arte seguido de estudo de caso sobre os web sites dos candidatos à prefeitura de Salvador em 2008. Bahia, 2010. Dissertação (mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia/UFBA.

Disponível em: <http://www.opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca/CamiloAggio.pdf>

ALDÉ, A. Jornalistas e internet: a rede como fonte de informação política. Trabalho apresentado no IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2004. Disponível em: <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/17316/1/R1776-1.pdf>

BARBOSA, S.S. ESPETACULARIZAÇÃO MIDIÁTICA DA POLÍTICA. *Revista Panorama* edição online - número I 63. Goiás: Agosto – 2011.

BAQUERO, M. A democracia eleitoral e a cultura política no Brasil: Reflexões sobre o processo eleitoral. *Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro*. Editora Unijuí. 2009. p. 245-266

BOBBIO, N. et al. *Dicionário de Política*. 12ª ed. BSB: UnB, 2002.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

BORGES, J. Webjornalismo político e a cobertura online das eleições presidenciais de 2002. *Revista Matrizes*. Ano 2, nº 1. 2008. p. 207-225. Disponível em: www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/download/62/5

CANAVILHAS, J. A Comunicação Política na Era da Internet. 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-comunicacao-politica-na-era-da-internet.pdf>

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil*. São Paulo, Civilização Brasileira. 2001.

CERVI, E. U. *Opinião pública e comportamento político*. Curitiba: Ibpx, 2010.

COLEMAN, S. *Can the New Media Invigorate Democracy?* Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

DAHL, R. *Poliarquia: Participação e Oposição*. 1997. São Paulo, Edusp

DADER, J. L. Concepto y estructuración genérica de perspectivas en “Comunicación Política”. 1998.

ENGELBRECHT, C. W. Dos panfletos às campanhas digitais – O papel dos weblogs de candidatos à presidência no debate político brasileiro de 2010. Trabalho de Conclusão de Curso, Ponta Grossa, Paraná: 2011. Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG.

FRANCISCATO, C. E. O campo do poder como espaço de mediação entre política e mídia. *Circunavegação: temas em comunicação contemporânea*. (Org.) GUERRA. Josenildo Luiz & MARINHO, Mônica Benfica. Salvador. UFBA. Facom, 1997.

FRANCISQUINI, Renato; ROCHA, Marta M. da. Mídia e Democracia nos Países do Cone Sul: uma análise comparada das regras na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Trabalho apresentado no XXI Congresso Mundial de Ciência Política: IPSA, 2009

FUENTE, F. V. El poder de la información. s/d

GOMES, W. Democracia Digital: Que Democracia? Disponível em: https://www.academia.edu/8057441/DEMOCRACIA_DIGITAL_QUE_DEMOCRACIA s/d

GOMES, W. e AGGIO, C. Campanhas on-line: o percurso de formação de questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992 e 2009. Curitiba: UPFR. 2009. Paper apresentado ao I Congresso de Pós-graduação em Sociologia da UFPR.

Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT3/EixoII/campanhas-online-WilsonGomes-e-CamiloAggio.pdf>

IASULAITIS, S. Internet e propaganda política no Brasil: Limites e Possibilidades. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.12, n.23, p.153-172, 2007. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/504/392>

KUNCZIK, M. *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação*. Tradução de Rafael Varela Júnior, 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

LEWIS E JORGENSEN LEWIS, J. e WAHL-JORGENSEN, K. Images of Citizenship on Television News: constructing a passive public. *Journalism Studies*. Vol. 5, n 2, 2004, p. 153 a 164.

LIMONGI, F.; MESQUITA, L. “Estratégia partidária e preferência dos eleitores – As eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004” IN *Novos Estudos*, n. 81, julho de 2008.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. 1995. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, ano 10, p. 5-34.

MARQUES, F. P. J. A. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 12, no 1, Abril/Maio, 2006, p. 164-187.

MARTINO, L. M. S. Três hipóteses sobre as relações entre mídia, entretenimento e política. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* no.6 Brasília July./Dec. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200006

MARTINO, L.M.S. *Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes, redes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. n.º 55-56. São Paulo, 2002.

O'DONNELL, G. Teoria democrática e política comparada. Dados, vol. 42, n.4, Rio de Janeiro, 1999. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000400001&lng=en&tlng=pt

PEREIRA, A. K. B. A teoria democrática de Norberto Bobbio: uma defesa das “regras do jogo”. 2012. Site: http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/29_5_2012_12_53_41.pdf

RUBIM, A. A. C. Espectáculo, Política e Mídia. São Paulo, 2001.

RUBIM, A. A. C. e AZEVEDO, F. A. Mídia e Política no Brasil: estudos e perspectivas. 1998. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-albino-midia-politica-brasil.pdf>

SIGNATES, L. Epistemologia da comunicação na democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Epistemologias da Comunicação do XX Encontro da Compós, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, de 14 a 17 de junho de 2011.

SILVA, F. C. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 35, 2001, p. 117-138. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n35/n35a05.pdf>

SINGER, J. B. The political j-blogger - ‘Normalizing’ a new media form to fit old norms and practices. Downloaded from <http://jou.sagepub.com> at CAPES on March 11, 2010.

SOUSA, J. P. Teorias da notícia e do jornalismo. Editora: Argos. 2002

VALLE, Vinicius Saragiotto Magalhães. *Pentecostalismo e lulismo na periferia de São Paulo: Estudo de caso sobre uma Assembleia de Deus na eleição municipal de 2012*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Departamento de Ciência Política, FFLCH-USP.

WILDEROM, S. M. Opinião pública e Redes Sociais: como a interação entre organização e públicos está impactando os relacionamentos em sociedade. *Opinião pública: Tendências e Perspectivas no Mundo Virtual*. Célia Maria Retz Godoy dos Santos (Organizadora). Editora FAAC – UNESP. 2009. p. 159-169.

WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 9. ed. Portugal: Presença, 2006.

ANEXOS

Figura 3: Postagens em defesa da adoção por Wyllys

Jean Wyllys atualizou a foto da capa dele. 30 de maio de 2013 ·

Este trecho faz parte do discurso de Jean Wyllys em audiência pública do Senado sobre adoção por famílias homoafetivas.

O Estado deve reconhecer e proteger todas as famílias. Daí, a importância do reconhecimento do Casamento Civil Iguatário, a fim de que tod@s tenham os mesmos direitos na constituição de suas famílias.

Veja aqui a íntegra da fala de Jean Wyllys na audiência pública: <http://youtu.be/G3vJQLndwY...> Ver mais

"A família como instituição não se destruiu... muito pelo contrário, ela continua firme e forte, mas na sua pluralidade. Ela continua sendo a célula da sociedade e, em sua diversidade e pluralidade, tem de gozar da proteção de Estado. O Estado tem de garantir a TODA família a proteção ampla e irrestrita."

Jean Wyllys Deputado do Rio de Janeiro (PSOL)

Curtir · Comentar · Compartilhar

1.265 pessoas curtiram isso. Mais relevantes

201 compartilhamentos

Escreva um comentário...

Ly Ro Ma Perfeito! Jean como já disse antes... Você me representa!!
Curtir · Responder · 18 · 30 de maio de 2013 às 01:23

Hermínio Portella Vc é maravilhoso, Jean!!!!!!
Curtir · Responder · 6 · 30 de maio de 2013 às 01:37

Jean Wyllys 29 de maio de 2013 ·

O deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) defendeu, em audiência pública que acontece agora no Senado, a adoção de crianças por casais do mesmo sexo. Ele ressaltou que a dificuldade para que homossexuais façam uma adoção "não é legal, mas cultural".

Um dos problemas, segundo Wyllys, é que muitas pessoas, "inclusive parlamentares", associam a homossexualidade à pedofilia, embora várias pesquisas mostrem que os pedófilos são, na maioria das vezes, homens heterossexuais.

- Apesar... Ver mais

Deputado Jean Wyllys defende adoção de crianças por homossexuais

O deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) defendeu, em audiência pública que acontece agora no Senado, a adoção de crianças por casais do mesmo sexo. Ele ressaltou que a dificuldade para que homossexuais façam uma adoção "não é legal, mas cultural".

WWW12.SENADO.GOV.BR

Curtir · Comentar · Compartilhar

372 pessoas curtiram isso. Mais relevantes

54 compartilhamentos

Escreva um comentário...

Olivia Alves Barbosa de Oliveira se tivéssemos mais deputados assim o Brasil não seria essa vergonha
Curtir · Responder · 16 · 29 de maio de 2013 às 11:43

Luciano Lantier Apoiado deputado - Obrigado por lutar por nossa causa
Curtir · Responder · 10 · 29 de maio de 2013 às 11:39

Figura 4: Campanha “Marco Feliciano me representa”

Marco Feliciano adicionou uma nova foto. 21 de novembro de 2013 ·

Marco Feliciano Queimados - RJ

Curtir · Comentar · Compartilhar

49 pessoas curtiram isso. Mais relevantes

2 compartilhamentos

Escreva um comentário...

Luis André Amaral isso é união, o resto é gambiarra!
Curtir · Responder · 1 · 21 de novembro de 2013 às 19:18

Marco Feliciano adicionou uma nova foto. 14 de novembro de 2013 ·

Marco Feliciano Queimados - RJ

**Feliciano nos representa!
Representa a família brasileira!**

Curtir · Comentar · Compartilhar

53 pessoas curtiram isso. Mais relevantes

4 compartilhamentos

Escreva um comentário...

Viana Patty Representa a minha família tbm!!!
Curtir · Responder · 15 de novembro de 2013 às 07:56

Figura 5: Postagens contra exposição homossexual por Pr. Feliciano

Marco Feliciano compartilhou um link.
16 de novembro de 2013 · 🌐

96 pessoas curtiram isso. Mais relevantes ·

109 compartilhamentos

Escreva um comentário...

Domingos Barbosa A casa de DEUS não é lugar pra esse tipo de coisa, querem respeito mas não respeito nimguem.
Curtir · Responder · 4 · 5 de outubro de 2013 às 18:15

9 Respostas

Wal Visconde Queremos uma resposta o marcos feliciano estara ou nao na cidade de Teixeira de Freitas na Bahia, como a sissa disse ja é a terceira vez que vos fazemos isso conosco, queremos uma explicação, compramos os ingressos, uqe sera feito, sera possivel que vamos passar essa vergonha novamente tendo este evento do dia 11 de outubro cancelado? uque é isso, onde esta responsabilidade de vcs, estaremos indo para a tv principal aqui da bahia fazer uma denuncia, vcs nao sepronunciam, ficamos sabendo aqui que ele levo um acidente e foi cancelado o dia 21 de setembro e agora uque vai ser? isso nao pode ficar assim nao, queremos que o pastor marcos feliciano nos de uma resposta, mas respeito com nos brasileiros ou vc acha que falta de respeito é apenas o beijo gay? e a palavra de um homem como fra? e a falta de respeito nossois cidadãos brasileiros cancelar o evento

Jéssica Pontes bando de filho da puta inristido, homofobicos malditos, vcs sao todos inrustido, todas as crianças adotada por casais homos sao abandonadas por heteros... o que faz vcs pensarem que sao melhores que os outros? pq sao crentes???? conheci muito crente vagabundo, mentiroso e

Figura 6: Postagens contra Bancada Evangélica por Wyllys

Jean Wyllys
21 de novembro de 2013 · 🌐

Saio agora de alma lavada da sessão do Congresso Nacional que votou o Projeto de Resolução que declara nulo o golpe contra Jango! Saio de alma lavada porque Bolsonaro, viúvo da ditadura e ÚNICO que vivava contra o projeto, foi derrotado categoricamente!

As palmas aos senadores Pedro Simon e Randoife Rodrigues, autores do projeto, abafaram os berros de Bolsonaro, que ficou HUMILHADO! A verdade e a memória se impuseram à truculência do deputado homofóbico e reacionário! Viva!

Depois do que houve nas comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, esse consolo para salvar minha noite!

Boa noite!

8.622 pessoas curtiram isso. Mais relevantes ·

1.180 compartilhamentos

Escreva um comentário...

Luiz Carlos de Silva Desculpem a ignorância. O que isso significa na prática?
Curtir · Responder · 13 · 21 de novembro de 2013 às 01:02

Jean Wyllys Luiz, é uma forma de reparar um erro histórico e para que esse erro não seja cometido novamente. (Marcos/ASCOM).
<http://www2.camara.leg.br/.../457600-CONGRESSO-ANULA...>
Curtir · 44 · 21 de novembro de 2013 às 13:32

Ver mais respostas

Jorge Osório Cortese Magalhães Acho que o deputado misturou as coisas. Está de alma lavada pq Bolsonaro foi "demorado". Então é uma questão pessoal... Não fica bem levar picuinhas para o Plenário, nobre Deputado.

Figura 7: Página Marco Feliciano – Postagens com chamadas para chat temático

Marco Feliciano
12 de outubro de 2013 · 🌐

Participe comigo Roberto Marinho de um chat para discutir a diminuição da maioridade penal MIGRE: <http://www.marcofeliciano.com.br.../10/chat-com-roberto-mari...>

Curtr · Comentar · Compartilhar

189 pessoas curtiram isso. Mais relevantes -

36 compartilhamentos

Escreva um comentário...

Tina Evaristo sou a favor
Curtr · Responder · 🌟 6 · 12 de outubro de 2013 às 16:17

Marco Feliciano
10 de julho de 2013 · 🌐

Vamos Participar ! Chat ao Vivo sobre Violação dos direitos humanos do nascituro na CDHM <http://edemocracia.camara.gov.br.../bate-papo/sala/14901>

Início - e-Democracia
Audiências Públicas e seminários das Comissões da Câmara dos Deputados que propiciam a participação da sociedade por meio de bate-papo on line neste Portal. Eles são agendados e administrados pelas Comissões de acordo com os seus trabalhos.
EDEMOCRACIA.CAMARA.GOV.BR

Curtr · Comentar · Compartilhar

93 pessoas curtiram isso.

24 compartilhamentos

Ver mais 23 comentários

Marcia Elias Galindo Ricardo, isso que vc ta fazendo é uma ameaça grave , pode te trazer grandes complicações , que DEUS e o PR Marco te perdoe
19 de julho de 2013 às 13:37 · Curtr

Bruno Soares amem varao sinto pena d fi nos olhamos dentro da biblia e vemos que todos que mexerao com servos do senhor sairao destruidos e envergonhados e confundidos nem preciso falar oque vai acontecer neh ele me representa ...
20 de julho de 2013 às 13:09 · Curtr

Figura 8: Página Jean Wyllys – Postagem para divulgar sua rede de conversação

Conexão Jean
Processo de Atendimento ao Eleitor

A melhor maneira de interagir com o Deputado Jean Wyllys.

Como funciona:

Você é que escolhe por onde falar com o Deputado Jean Wyllys.

Sua mensagem vai para o nosso banco de dados.

Os assessores e/ou o próprio Jean respondem à sua mensagem.

Resposta pelo mesmo canal.

Todas as mensagens respondidas da melhor forma e no menor tempo possível.

"PROMOVER UM MANDATO CONECTADO COM TODA A POPULAÇÃO E PERMITIR A SUA PARTICIPAÇÃO ATIVA NAS QUESTÕES POLÍTICAS DO PAÍS - EM PARTICULAR, DO RIO - É O NOSSO OBJETIVO MAIOR COM O SISTEMA CONEXÃO JEAN."

JEAN WYLLYS

Conexão Jean
Processo de Atendimento ao Eleitor

Jean Wyllys
Deputado do Rio, Deputado do Brasil

contato@jeanwyllys.com.br
youtube.com/canal5005

www.jeanwyllys.com.br

jean.wyllys
@ascomjeanwyllys

Figura 9: Jean Wyllys – Postagens em defesa da mulher e à liberdade de culto

Jean Wyllys atualizou a foto da capa dele.
25 de novembro de 2013 · 🌐



DESCONSTRUIR A CULTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER É O NOSSO DEVER

Jean Wyllys
Deputado Federal - PSD/RS
Deputado do Rio, Agente do Brasil

Curtir · Comentar · Compartilhar

👍 1.083 pessoas curtiram isso. Mais relevantes ▾

🔄 225 compartilhamentos

✍️ Escreva um comentário...

Natalia Trigo Obrigada, Jean! Me enches de orgulho e esperança!
Curtir · Responder · 👍 2 · 25 de novembro de 2013 às 20:43

Saul Guimarães C/Certeza!
Curtir · Responder · 26 de novembro de 2013 às 17:41

X SEMINÁRIO LGBT DO CONGRESSO NACIONAL
LIBERDADES, ABRAM AS ASAS SOBRE NÓS
A LIBERDADE DE CRENÇA EM RELAÇÃO ÀS OUTRAS LIBERDADES INDIVIDUAIS



14 de maio
09h | Plenário 02
14h | Auditório Nereu Ramos
Câmara dos Deputados

Comissão de Cultura
Comissão de Educação
Comissão de Legislação Participativa

Associação Brasileira de Instituições de Direitos Humanos
Sua Presença é o que fazemos por Cristo-CDH

Figura 10: Página Jean Wyllys – Postagens a favor do aborto

Jean Wyllys
13 de dezembro de 2013 · 🌐

A criminalização e a ausência de uma legalização seguida de regulamentação do aborto (mas também da maconha e da profissão do sexo) só podem dar nesse tipo de mercado ilegal, explorador, inseguro e subterrâneo. Legalização já para que tod@s tenham segurança, saúde e liberdade!

<http://m.extra.globo.com/.../presos-seis-acusados-de-integrar...>



Presos seis acusados de integrar quadrilha que movimentava R\$ 500 mil por mês com abortos

Seis integrantes de uma quadrilha que fazia abortos foram presos, na manhã desta sexta-feira, por policiais da 19ª DP (Tijuca). Segundo as investigações, o...

M.EXTRA.GLOBO.COM | POR JORNAL EXTRA - EXTRA ONLINE

Curtir · Comentar · Compartilhar

👍 1.120 pessoas curtiram isso. Mais relevantes ▾

Jean Wyllys
Página curtida · 28 de setembro de 2013 · 🌐

Dia 28 de Setembro é o Dia pela Despenalização do Aborto na América Latina e no Caribe.
#LegalizarOAborto

"O aborto tem que ser tratado na perspectiva da saúde pública. Pessoalmente, não posso falar sobre o aborto porque nunca abortei, nem posso abortar: só quem pode falar disso são as mulheres. Mas é absurdo que nossa legislação criminalize aquelas que cometem o aborto e isente os homens da resp... [Ver mais](#)

Curtir · Comentar · Compartilhar

👍 4.152 pessoas curtiram isso. Mais relevantes ▾

🔄 633 compartilhamentos

Priscila Brengle Sou contra aborto porém sou a favor da escolha. Eu acho que a mulher tem direito de escolher o que fazer com o corpo dela. Claro que ninguém gosta de fazer aborto e a alternativa de adotar eh muito melhor. Porém nós mulheres temos direito de escolha aqui nos EUA e gostaria de ver o Brasil oferecer o

Figura 11: Página Marco Feliciano – Postagens contra o aborto

Marco Feliciano
29 de julho de 2013 · 🌐

<http://www.youtube.com/watch?v=NUNGY3cCZzg>

Neste programa abordamos o um assunto sério: - O Aborto foi legalizado no Brasil! De forma obscura foi aprovada na câmara e senado uma lei que irá permitir o aborto, será preciso apenas que a paciente diga que sofreu violência sexual, não é preciso nenhuma comprovação, apenas a declaração da paciente de forma sigilosa garantirá a obrigação do médico a proceder o que a lei chama de profilaxia da gravides, tratando desta forma de a gravides coo mo doença ou algo do tipo. Participe de a sua opinião.



Programa Marco Feliciano | PGM 039

YOUTUBE.COM

Curtir · Comentar · Compartilhar

👍 146 pessoas curtiram isso.

🔗 87 compartilhamentos

🗨 Visualizar comentários anteriores 2 de 64

 **Estella Jenifer** É tanta gente sem conhecimento , querendo aparecer , criticando um unguido de Deus !
2 de agosto de 2013 às 18:16 · Curtir · 🍌 2

 **Erica Silva da Costa** Diga não ao aborto pois é uma vida .Jesus da só ele
29 de julho de 2013 às 11:46 · Curtir

Marco Feliciano adicionou uma nova foto.
22 de julho de 2013 · 🌐



#DilmaNãoSancione!
Não quero sangue inocente em minhas mãos!
Somos Contra o PLC 03/2013

facebook.com/revoltadosonline

Curtir · Comentar · Compartilhar

👍 2.730 pessoas curtiram isso.

🔗 10.331 compartilhamentos

🗨 Visualizar comentários anteriores 2 de 515

 **Francylete Silva** O governo tem direito de deixar e ajudar as. mulheres que sofren violência sesual
20 de maio de 2014 às 07:20 · Curtir

 **Dil Amorim** o fato de uma violência ou não , não deixa de ser um inocente .Sou contra o aborto em qualquer circunstância .É uma vida .Diqa sim a vida

Figura 12: Página Marcos Feliciano – Postagem de divulgação publicitária de um de uma de suas produções (DVD)

Destronando Satanás

Camboriú 2005

DVD

119 pessoas curtiram isso. Mais relevantes -

53 compartilhamentos

William Frezze Foi "Anjos adoradores no céu e guardiões na Terra"
Curtir · Responder · 1 · 16 de dezembro de 2013 às 01:06

Marcos Morelo Cnt Deus contine abençoando
Curtir · Responder · 17 de dezembro de 2013 às 20:04

Josiel Black Destronando Satanás. Tbm a mensagem pregada no MIR com Renê terra nova, foi muito impactante.
Curtir · Responder · 16 de dezembro de 2013 às 13:23

Hosana Britto Destronando satanaz
Curtir · Responder · 17 de dezembro de 2013 às 21:48

Moacir Pedroso Essa msg treme os alicerces do inferno fogo puro
Curtir · Responder · 5 de setembro de 2014 às 14:37

Ver mais 32 comentários

Escreva um comentário...

Quais destas 4 Mensagens Mar...
em Quais destas 4 Mensagens ...

Opções | Compartilhar | Enviar | Curtir